POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL

Daniel Thomaz Giacomelli Nunes Maciel
Leticia Aparecida Lavoratto
Arturo Alejandro Zavala Zavala
Vanessa Patrizia da Silva Cortez
Anderson Nunes de Carvalho Vieira

Daniel Thomaz Giacomelli Nunes Maciel
Leticia Aparecida Lavoratto
Arturo Alejandro Zavala Zavala
Vanessa Patrizia da Silva Cortez
Anderson Nunes de Carvalho Vieira

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Maciel, Daniel Thomaz Giacomelli Nunes
M164P POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL
/ Daniel Thomaz Giacomelli Nunes Maciel. Leticia Aparecida Lavoratto. Arturo Alejandro Zavala
Zavala. Vanessa Patrizia da Silva Cortez. Anderson Nunes de Carvalho Vieira. – Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre, 2021

70 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl390

ISBN: 978-65-5367-013-6

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. economia-regional 2. pobreza-multidimensional 3. pobreza-regional 4. privações I. Maciel,
Daniel Thomaz Giacomelli Nunes II. Lavoratto, Leticia Aparecida III. Zavala, Arturo Alejandro
Zavala IV. Cortez, Vanessa Patrizia da Silva V. Vieira, Anderson Nunes de Carvalho VI. Título

CDU: 330

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl390>

**O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus
respectivos autores.**

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

Dr. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2021

10.37423/2021.edcl390

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.	9
2.2 CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS ENTRE OS MAIS POBRES.....	13
2.3 ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DA POBREZA.	16
3. METODOLOGIA	19
3.1 FORMAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL	19
3.1.1 BEM-ESTAR ECONÔMICO	20
3.1.2 DIREITOS SOCIAIS.....	21
3.1.3 INDICADOR DE ATRASO EDUCATIVO (AE)	22
3.1.4 INDICADOR DE ACESSO A SAÚDE (AS)	23
3.1.5 INDICADOR DE SEGURIDADE SOCIAL (SS)	23
3.1.6 INDICADOR DE QUALIDADE DO ESPAÇO EM QUE VIVE (QV)	23
3.1.7 INDICADOR DE ACESSOS BÁSICOS (AB)	23
3.1.8 INDICADOR DE NECESSIDADE DE AUXÍLIO ALIMENTAR (NA)	24
3.1.9 ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM).....	24
3.2 ESTATÍSTICAS EMPREGADAS NA ANÁLISE.	25
3.2.1 MODELO LOGIT E DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA.	26
4. RESULTADOS.....	27
4.1 TABELAS DESCRITIVAS	27
4.2 A INFLUÊNCIA DAS VARIÁVEIS NOS DETERMINANTES DA POBREZA.	44
5. ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DA POBREZA	48
5.1 CENTRO-OESTE	52
5.2 NORDESTE.....	54
5.3 NORTE.....	56
5.4 SUL.....	57

5.5 SUDESTE	57
5.6 AS PERCEPÇÕES E AS IMPOSSIBILIDADES DA PESQUISA	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
7. REFERÊNCIAS	62
7.1 PROGRAMAS.....	62
7.3 BIBLIOGRAFIAS	62

Resumo: Este trabalho utilizou uma medida de pobreza multidimensional para o Brasil em 2008, para avaliar as variáveis mais influentes na pobreza em cada Região, destacando os grupos em que há maior proporção de vulneráveis e com isso sugerir estratégias de minimização da pobreza. Os Estados onde houve maior proporção de vulneráveis foi Roraima e Maranhão respectivamente, sendo que a localização, a educação e a renda tiveram influência significativa na pobreza conforme o esperado, porém variáveis relativas a qualidade de vida, como é o caso do sedentarismo também obtiveram influência. Após identificadas as variáveis com maior presença nos mais pobres e o grau de pobreza, a pesquisa propõe estratégias de minimização da pobreza baseadas na literatura e no visualizado pelos resultados encontrados. Dentre as estratégias sugeridas está o combate a insegurança alimentar e ao trabalho infantil pela transferência de renda para aquelas famílias abaixo da linha de bem-estar mínimo, juntamente com o combate a crença indiscriminada na dignidade do trabalho precoce, o combate as disparidades de acesso a educação e ao mercado de trabalho por determinados grupos históricos, o fator preconceito e sua influência na renda e consequentemente na pobreza e o combate a assimetria de informação, em especial ao problema de seleção adversa de produtos alimentícios. Finalizando, a pesquisa ressalta as variáveis de maior peso em cada Região.

Palavra-chave: Pobreza Multidimensional, Pobreza Regional, Privações.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apesar de não ser considerado um país pobre, é um lugar com muitos pobres, onde há um histórico desafio de romper com a herança das desigualdades sociais, em que muitos pobres ficam vulneráveis e afastados da sociedade moderna, totalmente longes de terem condições mínimas de acesso e possibilidades de desenvolvimento humano.

Há um consenso cada vez mais amplo sobre a natureza multidimensional da pobreza, sendo associadas às condições de vida que vulneram a dignidade das pessoas, limitam seus direitos, restringem suas liberdades fundamentais, impedem a satisfação de suas necessidades básicas e impossibilitam sua plena integração social em que tais elementos não podem ser reduzidos a uma única característica ou dimensão. (CONEVAL, 2009)

Havendo grupos de pessoas com privações no desenvolvimento humano superiores a outros, o trabalho busca investigar grupos com grandes privações a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2008 e sugerir estratégias de minimização da pobreza, sendo que não se descarta a importância do crescimento econômico no combate a pobreza, pois os recursos que um país tem acesso é logicamente um limitador a sua distribuição, mas como o crescimento econômico não é o único fator influente, as políticas redistributivas também são fundamentais para combater a pobreza.

Baseando-se na identificação desses grupos onde há maior quantidade de pobres, a pesquisa busca identificar a localização (geográfica, étnica, familiar, entre outros) desses grupos vulneráveis e entender de que forma se pode combater a pobreza no curto e no longo prazo.

Na atualidade a pobreza é reconhecida como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, que está relacionada não apenas ao mercado de trabalho e a renda, mas também com políticas e as relações sociais, dessa forma as privações que um indivíduo estaria exposto não se restringiria apenas a insuficiência de consumo, como o pensamento utilitarista determinava, o que faz necessário estudar também variáveis que não tenham relação direta com a renda.

O presente trabalho pretende estudar o seguinte **problema de pesquisa**: como a pobreza está distribuída no Brasil e como é possível minimizá-la, levando em consideração as Regiões?

Como o problema demonstra o interesse em estudar as Regiões separadamente, o **Objetivo Geral** seria o de mensurar e avaliar as características mais comuns entre os mais pobres no Brasil em cada

Região para poder, além de apresentar como a pobreza se encontra distribuída, apresentar também estratégias de minimização da pobreza específicas para cada local. Tendo como **Objetivos Específicos**:

- Caracterizar a pobreza e identificar como a pobreza está distribuída.
- Analisar a chance que cada variável tem em identificar os mais pobres.
- Avaliar estratégias de minimização da pobreza.

A **justificativa** pela escolha do ano de 2008 em vez da escolha de um período mais atual para a pesquisa, se dá pelo fato de que, como se pretende expandir o estudo da pobreza, buscou-se o ano em que há a base de dados mais detalhada possível com respeito a quesitos referentes a pobreza, sendo assim preferiu-se a utilização da base de dados da PNAD de 2008, por conter além dos quesitos normalmente apresentados em outros períodos, apresentou também informações importantes com respeito a saúde.

De acordo com os objetivos e a justificativa espera-se fazer uma **contribuição** para a literatura especializada com relação ao estudo da pobreza, em que se mensure e avalie além das variáveis comumente relacionadas a pobreza como renda e educação, mas que se adicione e compare também outras variáveis como as relativas a saúde e a localização.

Com a ampliação nos conceitos da pobreza o pesquisador tem a enfrentar o problema nas informações das bases de dados, em que apesar dos conceitos teóricos tenham sido melhor detalhados e novos elementos foram inseridos na identificação dos mais pobres, as bases de dados em que o pesquisador tem acesso não contemplam quesitos que possam avaliar questões mais subjetivas como a dignidade e autoconfiança.

Apesar de haver consenso na literatura especializada de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, há de se considerar a praticidade e utilidade das medidas unidimensionais da pobreza pautadas geralmente no consumo, pois tais medidas contemplam a facilidade de análise nos dados publicados, além da possibilidade de comparação entre países.

Essas medidas pautadas no consumo em geral tem a renda como instrumento de comparação entre os indivíduos, variando de zero a valores que ultrapassam os milhares, o que possibilita avaliar a distância entre os pobres e não pobres, o que não ocorre com medidas de pobreza pautadas em múltiplas dimensões que são formadas por direitos sociais ou necessidades.

Tendo em vista essas diferenças entre pobreza multidimensional e a unidimensional, a pesquisa utilizará a metodologia de avaliar a pobreza do Conselho Nacional de Avaliação de Políticas de

Desenvolvimento Social - CONEVAL, que utiliza de uma medida de pobreza unidimensional baseada na renda e uma medida de pobreza multidimensional baseada em direitos sociais, combinando essas duas medidas indicarão aqueles indivíduos com pobreza multidimensional.

O presente trabalho está dividido em seis seções, sendo a primeira seção considerada como essa parte introdutória. Na segunda seção será abordada o conceito de pobreza, como este conceito é amplo e com múltiplas abordagens, a pesquisa inicialmente apresentará uma revisão bibliográfica com respeito a pobreza. Tal revisão fará uma contextualização da pobreza dentro da história, apresentando como era mensurada inicialmente até chegar aos dias de hoje. Além da contextualização histórica, faz-se necessário identificar também quais as características mais comuns entre os mais pobres, essas características podem ser de caráter discriminatório como questões de raça e sexo, territorial como é o caso de haver um consenso de que o Norte e Nordeste do Brasil são mais fragilizados de que o Sul e Sudeste ou ainda devido alguma segregação no desenvolvimento da família, como é o caso do diferencial educacional entre chefes de famílias. Finalizando a revisão teórica, é interessante analisar a pobreza e identificar as características mais comuns entre os mais pobres, identificando também estratégias de redução da pobreza e como ela poderia ser minimizada.

A terceira seção se apresenta a metodologia, a qual será dividida em duas partes, a primeira se refere ao índice de pobreza multidimensional que será utilizado na pesquisa, juntamente com a justificativa de escolha de cada indicador e de cada dimensão que comporá o índice final. A segunda parte se refere as estatísticas descritivas, ao modelo de regressão por mínimos quadrados ponderados e ao modelo logit que será utilizado para analisar as variáveis escolhidas e mensurar a chance que cada variável escolhida tenha em relação a pobreza, tais variáveis serão escolhidas com base nas características mais comuns entre os mais pobres identificadas na segunda parte do referencial teórico.

Na quarta seção se encontram os resultados, onde se apresentarão inicialmente as tabelas descritivas demonstrando determinadas variáveis de interesse para a pesquisa comparando com os determinantes da pobreza e depois serão apresentadas as regressões para se avaliar essas mesmas variáveis conjuntamente. Essas variáveis de interesse terão como base o referencial teórico e segregarão as regiões do Brasil, para que seja comparado as diferenças entre os quesitos de cada variável separadamente e as com relação as regiões.

Após os resultados, apresenta-se a quinta seção que corresponde as estratégias de minimização da pobreza, em que se comparará os resultados apresentados com o referencial teórico para sugerir

possibilidades de estratégias de curto e longo prazo para combater a pobreza. Na ultima seção, será apresentado as principais discussões do presente trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.

A pobreza é um tema antigo para as ciências sociais, sendo facilmente reconhecida em qualquer período da história. No trabalho inicial de Adam Smith já foi abordado esse tema, dessa forma na constatação da economia como uma ciência, o estudo da pobreza já estava presente (Silva, Lacerda e Neder, 2011). Sua presença na Economia Clássica encontrou respaldo na Neoclássica pelo pensamento utilitarista, pois como os indivíduos buscam maximizar sua utilidade indo gastar seus recursos no mercado, aqueles que obtiverem menores quantidades de recursos possuirão consequentemente maiores restrições em sua função consumo. A pobreza seria então medida pela insuficiência de consumo, sendo considerada como a falta de um nível mínimo de bem-estar associado à sua utilidade total, tendo a renda como medidor direto desse bem-estar mínimo é natural que as primeiras metodologias de identificação dos mais pobres sejam focadas na renda. (Sen, 2000)

Rocha (2003), ao fazer uma análise histórica dos trabalhadores e das massas da Idade Média até atualmente, constatou que a preocupação com relação aos mais pobres não iniciou-se nos países de menor renda *per capita*, mas sim na Europa Ocidental. A preocupação com os pobres juntamente com as primeiras pesquisas com relação a esse tema podem ser encontradas entre 1531 e 1601 na Inglaterra. Tais pesquisas se preocupavam em criar leis e identificar aqueles que eram considerados “vagabundos” para obrigar a atividades laborais todos aqueles que fossem capazes (Castel, 1998; Lima, 2005). Para o Estado essa massa pobre, mesmo sendo considerados “vagabundos”, representavam um risco social, afinal a classe dominante temia uma revolução, porém essas leis também serviriam como uma oportunidade para os demandantes de mão de obra.

Segundo Mestrum (2002, *apud* Codes, 2008) como havia a percepção do risco com relação aos pobres, haveria também o interesse em minimizar a percepção desses indivíduos dessa classe pior remunerada, ou seja, haveria o interesse em buscar acomodar a massa menos favorecida para que não houvesse revoltas. Para isso anteriormente a Revolução Industrial, na Inglaterra e em parte da Europa, eram desenvolvidas formas de alívios voltadas ao pobre para que não se revoltasse com seus governantes. Após a industrialização no século XIX o aumento significativo da parcela pobre com o

agravamento das suas condições de vida, passou esclarecer que esses alívios caracterizavam como meros engodos. Foi nessa época que a temática de mensuração da pobreza e as primeiras enquetes sociais com o tema foram apresentadas.

Com a formação do estado industrial moderno e a constatação da falta de acesso a comida pelos pobres, passaram a fornecer algum benefício alimentício aos mais carentes, pois com o excesso de mão de obra e o poder de mercado dos empregadores, os salários eram mantidos os mais baixos quanto possível para maximizar o lucro, na Inglaterra, por exemplo, esses trabalhadores de baixa renda tinham acesso apenas a pão e a um salário suficiente apenas sua subsistência. (Townsend, 1993)

Após a segunda Guerra Mundial, Sir William Beveridge apresentou ao governo britânico um relatório sobre segurança social em que justificava a necessidade de melhoria das baixas taxas de seguridade e assistência nacionais, pois para Beveridge, como a Inglaterra se encontrava abalada pelos efeitos da guerra e a expectativa individual de sobrevivência se sobrepunha a de solidariedade, a intervenção do Estado seria fundamental para manter a coesão social. Baseando nesse relatório, foi proposto uma reforma conjuntural em que o Estado assumiria a garantia do pleno emprego para preservar o vínculo social de todo cidadão. Tais propostas de seguridade social, foram difundidas como um padrão de “**subsistência**” a ser seguida por outros Estados-membros do Império Britânico. (Codes, 2008)

Segundo Mocelin e Fialho (2010), esse padrão de subsistência representa o mínimo possível para que um indivíduo pudesse sobreviver e assim manter a coesão social. Apesar de não ser um valor monetário fixo, esse mínimo era geralmente medido em unidades monetárias ou com respeito a alimentação. Apesar de não haver um consenso a respeito de qual seria esse mínimo na literatura, a mensuração da pobreza pela ótica da subsistência, centraliza-se na identificação daquelas pessoas que possuem o mínimo biológico para sobreviver.

Apesar de já existir desde a década de 1950, a abordagem pela ótica das “**necessidades básicas**” passou a ser considerada apenas a partir de 1970, pois o conceito de pobreza por insuficiência de consumo e subsistência predominava até a década de 70 pelos organismos internacionais, sendo que a identificação dos mais pobres tenderiam em ser medidos pela renda *per capita* ou pelo Produto Interno Bruto - PIB, que eram os modelos predominantes de avaliação até esse período. (Rocha, 1998; Lima, 2005)

O conceito de necessidades básicas passou a ampliar as análises de pobreza, incluindo itens como serviços públicos essenciais e abrigo, além daquelas já identificadas

pela ótica da subsistência, Rocha (2003) dividiu em dois grupos de elementos, o primeiro grupo sendo representado pelo consumo privado, em que se continha os bens adquiridos pelas rendas dos indivíduos de uma família e recursos recebidos, tais como alimentação, roupas e moradia. O segundo grupo representava os serviços sociais recebidos pela comunidade, tais como educação, saúde e transporte público.

Tal mensuração apresenta críticas variadas, sendo observado o fato de que as pessoas não precisam apenas de alimentação para viver, pois necessitam também de acesso a trabalho, relações sociais e outros itens que o fornecimento exclusivo de recursos monetários ou comida não poderão prover ao indivíduo. (Salama e Destremau, 1999)

A percepção da pobreza pela subsistência ou pelas necessidades básicas são avaliadas em termos absolutos, apesar da ótica das necessidades básicas ser mais abrangente ela sofre da crítica se ser uma avaliação absoluta da pobreza, ou seja, é considerado que as pessoas necessitam de uma mesma quantidade de elementos, desconsiderando assim indivíduos em situações mais frágeis. Segundo Townsend (1993), a abordagem pelas necessidades básicas possui a limitação de não ser capaz de avaliar grupos que possuem severas limitações, tais como idosos e crianças, o autor salienta ainda a importância de analisar a estrutura social, pois alguns grupos sociais seriam mais carentes que outros, fazendo com que estejam expostos a diferentes riscos a privações.

Analisando a importância da estrutura social, Mocelin (2010) relata a avaliação da pobreza pela ótica das “**privações relativas**”, em que se define uma realidade social e um padrão de vida para separar aqueles que possuem essas privações e são pobres e daqueles que não possuem essas privações.

O sociólogo Robert Castel avalia a pobreza como uma desfiliação do indivíduo da sociedade, em que essas pessoas excluídas, não têm como acessar os meios necessários para se desenvolver socialmente, enfrentando assim situações de degradação da vida. (Castel 1998, Mocelin, 2010)

Rocha (2003) salienta que como regiões diferentes tendem a ter culturas e desenvolvimentos diferentes, principalmente se essa diferença for em relação a países, a análise da pobreza deverá ser específica para cada um desses locais, considerando assim a diversidade cultural e de recursos de cada local.

Analisando a ausência de capacidades de alguns indivíduos, Amartya Sen caracteriza a pobreza como “**privação das capacidades**”, conceituando que as capacidades são um conjunto de elementos que

definem a liberdade de uma pessoa, sendo uma pessoa com alto grau de privação das capacidades uma pessoa pobre, pois teria pouca liberdade para levar a vida que valoriza. (Sen, 2000)

Esse autor rejeita a visualização da pobreza pela avaliação da “utilidade”, rejeitando consequentemente a mensuração da quantidade de recursos para medir seu bem-estar, argumentando que esse bem-estar se refere a “estar bem”, em que o “padrão de vida” deve ser pautado na vida e não na quantidade de recursos. O autor considera o bem-estar como a qualidade de funcionamento de alguns elementos, consistindo inicialmente esses funcionamentos de itens fundamentais a sobrevivência de um indivíduo, tais como alimentação adequada e boa saúde, até a realizações sociais mais completas, tais como ser feliz e ter participação na vida comunitária. (Salama e Destremau, 2001)

Sen (2000) não desconsidera a relação clássica entre pobreza e falta de renda, porém ao invés de constatar que são pobres, pois falta renda, o autor constata que falta renda por serem pobres. A diferença está no fato de que ao analisar o desenvolvimento familiar, além de verificar a óbvia falta de acesso a renda, o autor verifica também que há privações de liberdades em seu desenvolvimento que refletem a falta de renda, como seria no caso da falta de educação formal para sustentar a falta de acesso ao trabalho.

Narayan em sua pesquisa, ouvindo o que os pobres teriam a dizer definiu a pobreza como sendo:

“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade”. (Narayan, 2000)

Atualmente, segundo Barros, Silva e Franco (2006), embora inexistam um padrão de definição de pobreza, há o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno de caráter **multidimensional**, pois índices de pobreza unidimensionais teriam a ineficiência de considerar que todos usam a renda de forma semelhante, e isso pode não ocorrer, pois como os indivíduos tendem a maximizar sua satisfação através do consumo de produtos adquiridos no mercado, tal consumo pode não ter a prioridade de minimizar as privações de uma família, ou seja, alguns indivíduos preferem gastar parte de sua renda com bens contrários ao desenvolvimento da família como, por exemplo, o caso apresentado por Castillo e Costa (2008) em que algumas famílias apresentam indivíduos que são muitas vezes chefes de família e preferem gastar parte da renda em bebidas alcoólicas, em razão

da recreação associada ao seu consumo, em vez gastar com bens fundamentais para a subsistência ou para o progresso familiar.

A multidimensionalidade da pobreza apresenta o potencial em situar os pobres dentro de uma alteridade com relação ao resto da sociedade que não são pobres. O fato de dividir aqueles que são pobres daqueles que não são pobres por uma ótica que não considera apenas a renda, mas a diversos elementos igualmente importantes, inaugura uma nova perspectiva de análise, havendo assim a possibilidade de verificar grupos em que os elementos relativos a renda, estão plenamente satisfeitos, porém alguns elementos que não são relativos a renda estariam insatisfeitos (Mestrum, 2002 *apud* Lima, 2005). Essa possibilidade citada por Mestrum jamais poderia ser avaliada pelas análises de pobreza pautadas exclusivamente na renda e pelo pensamento utilitarista.

Desde a observação da pobreza em identificar os “vagabundos” na idade média até atualmente com a identificação da pobreza multidimensional, a pobreza passou de avaliar as características pautadas na renda e consumo para avaliar até mesmo questões mais amplas e subjetivas como é o caso da dignidade e autonomia.

Segundo Codes (2008), os vários conceitos de pobreza não devem ser avaliados como se competissem entre si, mas como se coexistissem e que conforme houve maiores detalhamentos no estudo da pobreza, há a tendência de se incorporar aspectos subjetivos, em que além das privações de caráter socioeconômico, os pobres são acometidos por privações em sua dignidade e autoconfiança.

Como a constatação da pobreza como um fenômeno complexo que interage com diversos fatores socioeconômico, resultando em privações que interferem no desenvolvimento familiar e é perpetuado por gerações, por ser mais visível em determinadas características o tópico a seguir tratará das características mais comuns entre os mais pobres identificadas pela literatura sobre o tema que podem ser visualizadas pela pesquisa.

2.2 CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS ENTRE OS MAIS POBRES

Como é fundamental a identificação das características entre os mais pobres, Ramos e Vieira (2001) ao estudarem a desigualdade de renda no Brasil nas décadas de 80 e 90, separou-as em três grupos de variáveis que podem possuir participações desiguais no mercado de trabalho: a segmentação do mercado, a discriminação e as características dos próprios trabalhadores.

A segmentação do mercado se refere a diferença de remunerações entre indivíduos de iguais condições e competências, por estarem alocados em setores econômicos diferentes. Essa alocação

pode ser regional ou setorial, a regional identificaria a diferença de remuneração com relação a localização dos indivíduos e a setorial com relação ao setor ou ramo de atuação no mercado de trabalho.

Com relação a segmentação, segundo Sachsida (2011), usando da definição de North para o papel das instituições na economia, identifica-se ao menor desenvolvimento das famílias e consequentemente a maior presença de elevado grau de pobreza nas regiões rurais, devido a maior fragilidade das instituições no meio rural em comparação ao meio urbano. O autor utilizando de uma medida de pobreza unidimensional pautada na renda afirma, com base em sua pesquisa que de todos os países analisados, não encontrou nenhum que seja majoritariamente livre que seja pobre, dessa forma, há de se considerar uma relação entre Sen e North em relação à pobreza, onde há a falta de instituições fortes para garantir a liberdade individual há também maior nível de pobreza.

A discriminação se refere ao diferencial nas remunerações, como por exemplo entre os sexos e as raças, entre os indivíduos com iguais condições e competências, pertencentes a um mesmo setor no mercado de trabalho de uma Região. Nesses casos, dois indivíduos de iguais competências e de igual localização poderiam ser remunerados de forma diferente, dado alguma característica que não tem relação com a produtividade.

Finalizando, esse autor relaciona as características dos próprios trabalhadores definindo como idade e nível formal educacional como sendo um dos atributos de valoração no mercado de trabalho, pois segundo a teoria do capital humano, que vem analisar as capacidades, conhecimentos e competências de cada indivíduo em sua relação ao trabalho, sendo assim é natural possuir relação direta com a pobreza. Tendo a educação como uma forma de analisar o conhecimento de cada indivíduo, os anos de estudo de cada um poderia ser utilizada como proxy, para avaliar esse conhecimento. (Balassiano, Seabra e Lemos, 2005; Sachsida, 2011)

Barros, Corseuil e Leite (2000), ao avaliar o mercado de trabalho e a pobreza no Brasil, constatarem que um dos principais determinantes do nível de pobreza são como os recursos humanos são usados e remunerados dentro de uma sociedade, dessa forma aqueles locais onde há maior concentração de renda ou fatores de falta de oportunidade, como falta de acesso à educação, tenderiam a obterem maiores níveis de exposição a pobreza.

Dessa maneira, considerando o consenso das relações entre renda e pobreza, há de se considerar que as variáveis relativas a pobreza também possam ser divididas nesses três grupos de Ramos e Vieira (2001): a segmentação do mercado, a discriminação e as características dos próprios trabalhadores.

Porém em se tratando de pobreza multidimensional, muitas das variáveis poderão não ter relação direta com a renda.

Relacionando a localização e segmentação das pessoas e a pobreza, há de se considerar a relação entre as remunerações e a segregação de mercado, porém para a pobreza há outras relações a serem consideradas concomitantemente com o a renda. Primeiramente, o fator cultural e de acessos das pessoas a saúde e a hábitos saudáveis tendem a ter influência direta na pobreza. Dessa forma, é possível que algumas famílias possam ter a mesma renda por pessoa, porém faixas de pobreza diferenciado. (Cunha e Jiménez, 2006; Silveira et al, 2007)

Sobre a discriminação das pessoas e a pobreza, nesse grupo de variáveis há de se constatar uma relação mais direta com a renda do que com relação ao grupo da localização e segmentação, pois a presença de discriminação está ligado a remuneração no mercado de trabalho e a um fator histórico da sociedade, em que há diferença entre educação e renda entre determinados grupos, como é o consenso de haver atualmente no Brasil uma diferença na remuneração e na educação formal média dos grupos de brancos e não brancos, sendo assim, é de se esperar uma diferença entre esses grupos nos determinantes da pobreza. (Cacciamali e Hirata, 2005; Abramo, 2005)

Com relação as características dos próprios indivíduos e a pobreza, além dos atributos que de influência direta na renda, há de se considerar outros atributos que possam não ter relação nenhuma com a renda, como é o caso da pessoa fumar ou optar por não fazer exercícios físicos, ainda que possa ser um fator cultural, pode ser também uma questão pessoal de preferência do consumidor. Dessa forma, há de se considerar que alguns indivíduos podem preferir estar numa faixa de pobreza pior, por terem uma preferência de consumir seu tempo ou algum bem que o levarão a ter pior faixa de pobreza. (Burlandy, 2007; Buss, 2007)

Apesar de haver aqueles indivíduos que possam desejar estar num nível de pobreza inferior ao ótimo possível para ele, por preferirem consumir bens que não seriam o melhor do ponto de vista da pobreza, sugere a possibilidade de que alguns possam ser mais pobres do que deveria, seja por um fator de assimetria de informação ou por simples preferência do consumidor. Porém em todo caso, aqueles que serão considerados pelo trabalho com pobreza multidimensional, terão uma privação, seja essa privação por preferência ou por impossibilidade de algum acesso, mas também não terão renda para compensar essa privação, tornando essa privação um fator degradante no desenvolvimento da família.

2.3 ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DA POBREZA.

Atualmente há o consenso de que o desenvolvimento de uma nação não deve se basear exclusivamente na renda, mas considerar fatores sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade da vida de cada indivíduo. No Brasil, a pobreza atinge milhões de brasileiros e apesar de não ser considerado um fenômeno baseado exclusivamente na renda, a concentração de renda é um fator de peso, pois segundo o Banco Mundial, em 2010, o Brasil atingiu a 155ª posição dentre os 169 países analisados com respeito ao índice de GINI, sendo que se comparado com a sua colocação no rank do PIB tal comparação é motivo de indignação. (World Bank, 2010; Moreira, 2011)

A intervenção do Estado na economia é um tema controverso e presente desde os primeiros estudos baseados na economia, apesar de não haver um consenso sobre a medida ótima de intervenção pública na atividade social para otimizar o desenvolvimento há de se considerar que os estudos das estratégias de minimização da pobreza considerem a intervenção estatal como um dos meios de combate a pobreza.

Como as falhas de mercado são responsáveis por parte da presença da pobreza e como segundo Varian (2006) os Neoclassicos defendem a intervenção do Estado quando há Falhas de Mercado, a busca dessa correção tenderia a minimizar a pobreza. Sendo essas falhas identificadas pela presença de Bens Públicos, Externalidade, Incentivas e Assimetria de informação.

A dificuldade de restringir a utilização dos Bens Públicos exclusivamente aos pagantes configura uma impossibilidade de oferta desses bens pelo setor empresarial. A dificuldade de precificação e mensuração do seu consumo apresentaria outro desafio, visto que seria necessário a declaração daqueles que usufruem de tal produto, há a possibilidade de indivíduos consumirem sem pagar (caroneiros). Dadas essas características desses tipos de bens é fundamental a intervenção governamental para produzir o bem e financiar por meio de arrecadações compulsórias. (Varian, 2006)

As externalidades estão presentes quando os agentes transferem custos que originalmente são deles, mas que por falha do mercado tais custos são repassados a outros indivíduos. Como é o caso de indivíduos que optam por consumir substâncias que causam alteração psicológica, que acabam por transferir parte dos problemas gerados por esse consumo a outras pessoas, como aqueles que externalizam podem não tendo de arcar com seus prejuízos é necessário a intervenção do Estado para contrabalancear. (Varian, 2006)

Os riscos e incertezas refere-se ao comportamento dos agentes frente a cenários futuros em que projetos de maturação muito longo ou instabilidades macroeconômicas impedem o investimento em certas áreas por não ser possível ter uma expectativa de lucro confiável. (Varian, 2006)

As informações assimétricas ocorrem quando não há perfeita valoração dos atributos pelos agentes, havendo assim falha no conhecimento de cada agente, o que acarreta numa possibilidade de seleção adversa e risco moral. (Varian, 2006)

Segundo Moreira (2011), como a assimetria leva a alguns casos o impedimento de escolhas racionais que maximizem a utilidade dos agentes, tanto dos ofertantes quanto dos demandantes e os mercados ficam demasiadamente desequilibrados para tender a um equilíbrio geral, a intervenção governamental exclusivamente sob essas condições ficariam precárias para minimizar problemas que são necessários para o desenvolvimento do Brasil. O autor constata assim que o modelo liberal é insatisfatório para resolver todos os problemas atuais, necessitando de amparo de outras correntes de pensamento.

Sen (2000), amplia a visão clássica de liberdade, indicando que se deve haver presença do Estado quando há privação na liberdade dos indivíduos, classificando como cada indivíduo deva ter direito a vida, liberdade, propriedade e segurança. Havendo estruturas sociais historicamente divergentes, formadas por indivíduos com maiores acessos a educação e renda que outros, geraria diferenças nas liberdades individuais entre os indivíduos, pois algumas pessoas estariam tão a frente que outras jamais poderiam alcançar tal desenvolvimento, o que torna a sociedade com diferenças sociais.

Como e quando intervir para minimizar tais disparidades sociais é um tema amplo e controverso que a pesquisa pretende dar foco nas estratégias de minimização da pobreza. Primeiramente há de se considerar duas formas de intervenção: aquelas que buscam alocar os fatores para equilibrar as disparidades sociais e são geralmente políticas de curto prazo e aquelas que buscam desenvolver a sociedade como um todo e são aplicadas apenas no longo prazo.

As políticas sociais pretendem modificar situações que os resultados do sistema econômico não atingiriam naturalmente, pois tais problemas seriam específicos de alguns grupos sociais e tenderiam a se perpetuar caso não haja essa intervenção. (Moreira, 2011)

Antes de tratar das políticas diretamente é necessário avaliar a capacidade da sociedade em negociar com o Estado e como há a necessidade de intervenção para corrigir a privação de liberdades é de se esperar que aqueles que precisem de menos atenção do Estado possuam mais recursos que garantem

maior capacidade de negociação, dessa forma é natural que o peso econômico de cada agente não deveria ser levado em consideração e sim a justiça para trazer melhor equidade social. (Schwartzman, 2006).

A presença de agentes demandantes de serviços públicos no controle das decisões governamentais poderiam levar a resultados diferenciados da maximização dos recursos sociais que gerariam a equidade, havendo tal problema de justiça, sua solução seria complexa e de múltiplas abordagens necessitando de um fortalecimento das instituições e uma polarização das forças que compõem aqueles que determinam a agenda pública. (Arend e Cário, 2005; Salama, 2011)

Segundo Barr (2004) a intervenção governamental deve buscar três condições primordiais: eficiência, justiça e preservação da liberdade. Como é necessário haver eficiência na utilização dos recursos para que haja justiça e consequentemente preservação das liberdades individuais, sendo que os conceitos necessidades sociais são definidas e percebidas de formas diversas surgindo assim variados sistemas de proteção social. (Moreira, 2011)

As políticas de curto prazo, no geral, tenderiam a realocar os recursos para compensar alguma privação fundamental, mas não corrigi-la, como é o caso da transferência de renda para promover a segurança alimentar, em que aqueles que recebem tal auxílio não são capazes de solucionar a falta de renda para a nutrição de forma permanente, mas por se tratar de uma necessidade indispensável há a necessidade de uma intervenção que não irá solucionar o problema, mas amenizará no curto prazo. (Burlandy, 2007)

Como há grupos com privações históricas, em que alguns jamais conseguirão atingir o desenvolvimento necessário, é preciso intervenção para a minimização das suas privações para interromper a perpetuação da pobreza em certos grupos de famílias. Dessa forma, as políticas de longo prazo buscariam minimizar tais privações para as próximas gerações, como seria o caso de uma família que deixaria de colocar o filho para trabalhar para coloca-lo na escola em troca de um auxílio. Nesse caso apesar do auxílio ser de curto prazo há resultados no longo prazo, pois provavelmente esse filho terá condições de estudo que seus pais não tiveram e consequentemente poderá auferir melhores condições de desenvolvimento familiar.

As políticas de longo prazo não surtiriam efeitos imediatamente, porém seus resultados deverão ser de caráter permanente, como seria o caso, de por exemplo abrir mais escolas de ensino básico ou de melhorar tal ensino, seus resultados por se tratarem da base da educação formal de um individuo

levarão anos para terem resultados, mas seus efeitos serão permanentes para aqueles que o tiveram acesso. (Burlandy, 2007)

3. METODOLOGIA

Para a realização da Metodologia, foi utilizado a base de dados da PNAD 2008, em que se separou os dados utilizando o programa SPSS e após feito isso se apresentará os indicadores e índice de pobreza para cada família. Possuindo os indicadores e índice de pobreza para cada família, é feito inicialmente uma média ponderada pelos pesos da PNAD que formarão tabelas comparativas entre a pobreza e variáveis de interesse que serão apresentadas na primeira parte dos Resultados e a segunda parte será apresentada um modelo Logit comparando essas variáveis de interesse com a pobreza.

Com relação a PNAD 2008, utilizou-se dos microdados (amostra completa) inicialmente, depois excluiu-se todos os domicílios que não obtiveram resposta em quesitos fundamentais para a formação do índice de pobreza, aqueles sem informação sobre a renda ou sem morador.

Na primeira parte da metodologia, apresenta-se a formação do índice de pobreza multidimensional juntamente com as justificativas de escolha de cada subitem que comporá o índice final, comparando os subitens do CONEVAL e outros autores. A segunda parte apresentará as estatísticas e metodologias que serão utilizados para apresentar os resultados do trabalho, sendo composto essas análises por tabelas descritivas para comparar a pobreza com relação a algumas variáveis de interesse e depois por dos modelos Logit ponderado pelos pesos, para avaliar a influência dessas variáveis de forma conjunta na pobreza familiar e por um modelo de Mínimos Quadrados Ponderados para avaliar a influência dessas variáveis na renda.

3.1 FORMAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Como se utiliza como base o índice de pobreza multidimensional do CONEVAL, o trabalho tentará, sempre que possível, utilizar os mesmos indicadores de pobreza, porém caso não haja possibilidade de cumprir com algum subitem, pois o mesmo não se encontra contemplado na pesquisa da PNAD 2008, a pesquisa proporá outros subitens para que os indicadores de pobreza não fiquem defasados com relação a proposta metodologia do CONEVAL.

Há de se considerar dois problemas para a criação de um índice de pobreza: sua identificação e sua agregação. Com respeito a identificação, é necessário estabelecer critérios que determinarão se uma pessoa ou família são pobres ou não. O problema da medição é resolvido ao determinar a forma com

que se agrega as carências de cada pessoa para criar um índice de pobreza geral para uma população. (Sen, 1976; CONEVAL, 2009)

Buscando criar um índice que seja de fácil replicação e que seja descritivo o suficiente para avaliar a pobreza em suas múltiplas dimensões, o índice de pobreza multidimensional do CONEVAL é formado pela combinação da dimensão associada ao espaço de bem-estar econômico e das dimensões associadas aos direitos sociais, pois para esse conselho uma pessoa se encontra em situação de pobreza multidimensional, caso não tenha garantido o exercício de seus direitos sociais e seu acesso a bens e serviços não são capazes de satisfazer suas necessidades, ou seja, são pobres aqueles que possuem alguma privação e seu acesso a renda não é capaz de compensar essa falta de direitos sociais. A seguir será apresentado a formação da dimensão de bem-estar econômico e posteriormente a dimensão referente aos direitos sociais.

3.1.1 BEM-ESTAR ECONÔMICO

A definição de uma linha de bem-estar padrão para todas as famílias em todos os lugares, é passível de críticas e limitações, afinal é consensual que os preços e o acesso a mercados não são os mesmo em todos os lugares para todas as pessoas de uma determinada Região. (CONEVAL, 2009).

Com o intuito de buscar uma linha de renda nacional, que seja mais adequada ao Brasil que a linha desenvolvida pelo Banco Mundial de 1 dólar/dia para identificar a pobreza extrema, o trabalho utiliza da linha de renda de 70 reais/mês por pessoa (aproximadamente 65 para 2008 descontando a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE) para os extremamente pobres, pois é uma medida de renda nacional exposta pelo Governo Federal. (Foster e Greer, 1984; CONEVAL, 2009; Osorio e Souza, 2012)

A linha de bem-estar econômico é identificada para separar aqueles que são capazes ou não de satisfazer suas necessidades alimentares e não alimentares, já a linha de bem-estar mínimo seria aquela que permite identificar a população que farão o uso de toda sua renda exclusivamente para necessidades indispensáveis, tais necessidades são na maior parte do tempo referentes a nutrição. (CONEVAL, 2009)

Como padrões internacionais e o CONEVAL propõem que a linha de bem-estar econômico mínimo para a delimitação da extrema pobreza seja a metade para a delimitação de pobreza, então baseando nisso e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o trabalho delimitou como a

Linha de Bem-Estar Econômico - LBE em 130 reais mensais e a Linha de Bem-Estar Econômico Mínimo - LBEM em 65 reais mensais por pessoa, como se apresenta na equação 1 abaixo.

$$LBE = \begin{cases} 1 & \text{Se Renda per capita} < R\$130 \text{ mensais} \\ 0 & \text{Se Renda per capita} \geq R\$130 \text{ mensais} \end{cases} \quad (1)$$

De forma análoga é feita a equação para a linha de bem-estar econômico mínimo (LBEM):

$$LBEM = \begin{cases} 1 & \text{Se Renda per capita} < R\$65 \text{ mensais} \\ 0 & \text{Se Renda per capita} \geq R\$65 \text{ mensais} \end{cases} \quad (2)$$

Em ambos os casos, quando as variáveis possuem valor 1, indicam presença de falta de bem-estar econômico.

3.1.2 DIREITOS SOCIAIS

A dimensão relacionada aos direitos sociais é representada pela identificação das privações sociais de cada unidade familiar, sendo que essa dimensão é formada por seis indicadores sociais, que geram cada indicador uma variável dicotômica para identificar quais carências cada família possui e quantas carências são no total, sendo que cada indicador toma o valor um quando há presença de carência social.

Delimitou-se pela Comissão executiva do CONEVAL a linha em que há algum grau de privação como sendo aqueles indivíduos em que possui pelo menos alguma privação (C=1) e aqueles em que há grau de privação extrema como possuindo pelo menos três indicadores de carência (C=3).

Os indicadores que formam a dimensão dos direitos sociais são: Atraso Educativo, Acesso a Saúde, Seguridade Social, Qualidade do Espaço, Acessos básicos e Necessidades de Auxílio Alimentar, esses Indicadores de Carências - Ic são agregados separadamente.

Ao identificar cada indicador de cada família são separadas em quatro grupos baseados em suas privações (C), sendo C=0 sem privações e C=6 totalmente privada:

$$C = \begin{cases} 6 & \text{Se } \sum_{c=1}^n I_c = 6 \\ 3 & \text{Se } \sum_{c=1}^n I_c \geq 3 \\ 1 & \text{Se } \sum_{c=1}^n I_c \geq 1 \\ 0 & \text{Se } \sum_{c=1}^n I_c = 0 \end{cases} \quad (3)$$

Por exemplo, uma família que possua carência nos indicadores de Atraso Educativo, Acesso a Saúde, Seguridade Social e Qualidade do Espaço, terá um $I_c = 4$, o que indica que para essa família $C=3$, pois o CONEVAL faz apenas esses quatro cortes, conforme o demonstrado pela equação (3).

Nota-se que as famílias que possuírem $C=6$, também possuirá $C=1$ e $C=3$ e isso é proposital para se poder formar indicadores de cascata, em que aquela família que possuir todas as privações também possuirá pelo menos uma carência e pelo menos três carências.

3.1.3 INDICADOR DE ATRASO EDUCATIVO (AE)

A educação formal é um dos principais meios de desenvolvimento das pessoas, há o consenso atualmente que todos os índices de pobreza estão correlacionados com a educação, mesmo aqueles que são mensurados exclusivamente pela renda ou por acesso a alimentação estão relacionados indiretamente com a renda (Barros, Carvalho e Franco, 2006). Dessa forma esse indicador é formado pelos seguintes subitens:

IAE₁: Não possui a educação básica obrigatória e não está matriculado a um centro de educação formal

IAE₂: Acima de 16 anos e não possui ensino fundamental.

IAE₃: Acima de 14 anos e não sabe ler.

3.1.4 INDICADOR DE ACESSO A SAÚDE (AS)

O indicador de acesso a saúde é composto pela presença de privação grave ou pela constatação de um estado de saúde debilitado. Dessa forma é formado por dois subitens:

IAS₁: Normalmente, por problema de saúde, não consegue ou tem grande dificuldade para alimentar-se, tomar banho ou ir ao banheiro.

IAS₂: De um modo geral, considera seu estado de saúde como ruim ou muito ruim.

3.1.5 INDICADOR DE SEGURIDADE SOCIAL (SS)

A seguridade social contempla quesitos referente ao risco e aos acessos de uma família na sociedade, tendo em vista a relação entre ocupados e não ocupados, carteira de trabalho e acesso a aposentadoria, sendo assim é composta por três itens:

ISS₁: Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados em atividade remunerada

ISS₂: Ausência de ocupado no setor formal remunerado.

ISS₃: Presença de pessoas em idade de se aposentar sem acesso a aposentadoria e desocupados.

3.1.6 INDICADOR DE QUALIDADE DO ESPAÇO EM QUE VIVE (QV)

A qualidade do espaço em que vive contempla quesitos referentes a moradia e a quantidade de pessoas por dormitório:

IQV₁: Domicílio não é próprio, alugado, nem cedido.

IQV₂: Material de construção não é permanente.

IQV₃: Telhado é inadequado.

IQV₄: Densidade de 2,5 ou mais moradores por dormitório

3.1.7 INDICADOR DE ACESSOS BÁSICOS (AB)

Esse indicador avalia as condições mínimas de uma família, tais como acesso a água, sanitários e energia elétrica:

IQB₁: Não tem acesso a água da rede de distribuição, poço ou nascente

IQB₂: Não Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade

IQB₃: Não possui forma adequada de escoadouro do banheiro ou sanitário e destino do lixo domiciliar

IQB₄: Não possui acesso à energia elétrica (iluminação elétrica)

IQB₅: Não possui fogão

3.1.8 INDICADOR DE NECESSIDADE DE AUXÍLIO ALIMENTAR (NA)

A presença de subsistência tenderia a indicar as famílias que não teriam acesso ao mercado, sendo assim o indicado de necessidade de auxílio alimentar é composto pelos seguintes itens:

INA₁: Exerceu atividade de subsistência

INA₂: Tem como trabalho principal o próprio consumo.

INA₃: Membros da família consomem mais da metade do que se é produzido pela família.

3.1.9 ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)

O índice de pobreza multidimensional é formado pela linha de Bem Estar (eixo Y) e pela linha de Direitos Sociais (eixo X) conforme apresentada anteriormente formando o seguinte gráfico:

Fonte: Adaptado de CONEVAL (2009).

Gráfico 1 - Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Aqueles identificados no quadrante I, seriam considerados com pobreza multidimensional. Esse quadrante é formado por aquelas famílias que possuem menos de 130 reais mensais e tendo no máximo cinco dos seis direitos sociais identificados pelo CONEVAL.

O índice escolhido é mais crítico, selecionando aqueles com pobreza multidimensional extrema de acordo com o seguinte gráfico:

Fonte: Adaptado de CONEVAL (2009).

A pobreza multidimensional extrema I'' é identificada pela presença de privação extrema (com no máximo 3 direitos sociais) e renda por pessoa de no máximo 65 reais. Essas famílias com pobreza multidimensional extrema possuiriam um grau de privação extremo e recursos monetários insuficientes para suprir suas necessidades nutricionais.

Dentro daqueles considerados com pobreza multidimensional extrema é possível encontrar aqueles Totalmente Vulneráveis (TV), como sendo aqueles com renda inferior a linha de bem-estar mínimo e com as seis privações, identificando assim aqueles com maior nível de pobreza dentre todos, pois não podem usufruir de nenhum direito social completamente e não possuem renda suficiente para se nutrir.

3.2 ESTATÍSTICAS EMPREGADAS NA ANÁLISE.

Os resultados apresentarão inicialmente duas tabelas descritivas para cada variável escolhida para a análise, a primeira tabela conterá nas colunas a porcentagem de famílias que possuem privação em

cada um dos direitos sociais e a proporção em cada Região e a segunda tabela apresentará a porcentagem de famílias que possuem pelo menos uma privação, pelo menos três privações, com pobreza multidimensional, pobreza multidimensional extrema e totalmente vulneráveis, além da média da renda por pessoa e da média das maiores remunerações do trabalho principal.

Tais tabelas respeitarão os pesos da PNAD, em que as médias apresentadas são todas ponderadas por esses pesos da seguinte forma: Gráfico 2 - Índice de Pobreza Multidimensional Extrema

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^k x_i w_i}{\sum_{i=1}^k w_i} \quad (4)$$

Cada coluna da tabela foi escolhida para se poder comparar as variáveis escolhidas buscando identificar se há diferenças nas privações, na renda ou na pobreza como um todo e se essas diferenças são significativas na pobreza, sendo x_i a variável em que se busca a média e w_i o peso de cada indivíduo i .

3.2.1 MODELO LOGIT E DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA.

Após identificado as privações, formado o índice de pobreza multidimensional e construído as tabelas descritivas individualmente para cada variável, será apresentado o modelo Logit para cada direito social e para o índice de pobreza multidimensional, que segundo Ribas e Vieira (2011) tem a seguinte forma funcional:

$$\text{logit} [P(Y = 1)] = \alpha + \sum \beta_i X_i \quad (5)$$

Optou-se pela utilização do modelo logit na avaliação das privações e do índice de pobreza, pois são variáveis dicotômicas que separam as famílias em que há privação ou pobreza multidimensional daquelas que não há. Dessa forma, nesses casos a regressão linear múltipla não seria ideal, pois a variável dependente não é métrica. (HAIR ET AL, 2007; RIBAS E VIEIRA, 2011)

Como a linha de bem-estar econômico é formado pela renda, será utilizado um modelo de regressão baseado nos mínimos quadrados ponderados (ponderados pelos pesos da Pnad) com as mesmas variáveis utilizadas no modelo logit.

A multicolinearidade poderia ser considerada um problema para a estimação dos parâmetros de ambas as metodologias, sendo assim será utilizado o Fator de Inflação de Variância – FIV para avaliar

se há esse problema de forma acentuada, dessa forma optou-se não utilizar variáveis com FIV maiores de 5 por questões de segurança na estimação do modelo. (GUJARATI, 2011)

Ambas regressões e análise pelo FIV serão utilizadas o programa R-3.2.0-64 na plataforma GNU R, em que parte dos modelos e suas significâncias serão apresentadas nos resultados e forma resumida e todas as tabelas completas juntamente com suas estatísticas serão colocadas no Apêndice.

4. RESULTADOS

A seguir serão apresentadas no primeiro tópico, as tabelas descritivas comentadas, em que se analisa as variáveis escolhidas e sua relação com os determinantes da pobreza, comparando sempre as diferenças entre os quesitos da própria variável e depois as diferenças regionais. As tabelas descritivas serão divididas em duas partes, primeira apresentará cada dimensão da pobreza e a proporção (%) e a segunda parte apresentará as privações e as faixas de pobreza.

O segundo tópico trará os modelos de regressão em que se comentará a chance de cada variável na influência nesses determinantes da pobreza, em que será possível verificar quais variáveis possuem mais influência conjuntamente.

Este tópico de resultados tem como objetivo apenas apresentar e destacar os resultados encontrados de acordo com a metodologia proposta, sendo assim as análises regionais tendo como base o referencial teórico apresentado será feito no próximo tópico.

4.1 TABELAS DESCRITIVAS

As tabelas a seguir serão apresentadas com base na média ponderada pelos pesos divulgados pelo IBGE:

Tabela 1 - As Regiões e os indicadores da pobreza.

Regiões	NA	SS	AE	AS	QV	AB	%
Centro-Oeste	6,40%	18,58%	34,75%	13,93%	14,63%	12,37%	7,35%
Nordeste	15,16%	21,04%	53,01%	19,79%	23,73%	32,31%	27,84%
Norte	8,46%	15,99%	41,98%	18,24%	33,44%	31,45%	8,29%
Sul	7,56%	19,59%	37,60%	15,58%	12,11%	13,43%	14,37%
Sudeste	3,31%	21,23%	37,44%	14,15%	16,86%	9,40%	42,15%
Brasil	7,87%	20,31%	41,98%	16,25%	19,30%	18,40%	100,00%

Fonte: Resultado da pesquisa.

Analisando o Indicador de Necessidade de Auxílio Alimentar (NA), nota-se que o Sudeste e o Nordeste foram os mais distantes da média, sendo que o Nordeste apresentou altos níveis de famílias com necessidades de auxílio alimentar e o Sudeste apresentou baixíssimos níveis, sendo inferior que a metade da média nacional, indicando assim uma disparidade na alimentação familiar da Região Sudeste e Nordeste em comparação com as demais. O Indicador de Seguridade Social (SS), apresentou resultados próximos da média nacional, com exceção da Região Norte que ficou mais a baixo que os demais. O Indicador de Atraso Educativo (AE) apresentou níveis consideráveis de famílias com algum atraso educativo, sendo que a pior foi a Região Nordeste em mais da metade da sua população possui privação nesse indicador e a melhor Região foi a Centro-Oeste. O Indicador de Acesso a Saúde (AS) apresentou, melhores indicadores na Região Centro-Oeste e novamente piores índices da Região Nordeste. Indicador de Qualidade do Espaço em que Vive (QV) apresenta que o Norte e o Nordeste possuem piores indicadores, sendo a Região Sul com melhor média. O Indicador de Acessos básicos (AB) apresenta resultados semelhantes aos outros, em que o Norte e Nordeste apresentam piores indicadores que as outras Regiões.

Com relação à média nacional o indicador com maior percentual de privações foi relativo a educação seguida pelo indicador de seguridade social. Com respeito as proporções (%) foram formadas com base nos pesos indicados pelo IBGE e não pela proporção nacional.

Tabela 2 - Regiões e a relação com a Pobreza.

Regiões	Mín 1 priv.	Mín 3 priv.	Renda/n	Remu. Máx.	IPM	IPM extremo	TV
Centro-Oeste	57,46%	11,43%	700,24	36,08	7,46%	0,64%	0,00%
Nordeste	75,26%	27,11%	351,62	18,35	26,93%	5,48%	0,04%
Norte	73,74%	21,42%	385,70	23,27	19,76%	2,88%	0,02%
Sul	58,46%	12,76%	703,25	32,21	5,68%	0,54%	0,00%
Sudeste	60,46%	10,66%	684,12	32,54	6,20%	0,55%	0,00%
Brasil	65,17%	16,49%	570,75	28,03	13,11%	2,12%	0,01%

Fonte: Resultado da pesquisa.

A proporção de famílias com pelo menos uma privação e de famílias com três ou mais privações apresentam o Norte e Nordeste com médias superiores a nacional, sendo que resultados análogos são apresentados para a Renda por pessoa e Remuneração Máxima familiar e os índices de pobreza multidimensional. Um fato a se considerar é que os Totalmente Vulneráveis (TV) só são encontrados no Nordeste e Norte com taxas superiores a 0,01%.

Apesar do trabalho ter como foco as regiões, é interessante apresentar como está distribuído esses determinantes da pobreza em cada estado, como se amostra na tabela 3, pode-se identificar que na Região Centro-Oeste o Distrito Federal se destaca da média regional, tendo todos os indicadores proporções melhores, com exceção da Seguridade Social (SS). Na Região Nordeste, Maranhão e Piauí obtém destaque apresentando geralmente índices piores ou próximos a média regional, comparando com o Brasil o estado que mais se aproxima da média nacional é Sergipe. Na Região Norte o Acre, Rondônia e Tocantins se destacam apresentando geralmente indicadores piores que a média regional, sendo que há a presença de estados que possui a maioria dos seus indicadores inferior à média nacional. No Sul, apesar de Santa Catarina apresentar geralmente melhores índices, todos os três estados possuem proporções muito próximas. Com respeito ao Sudeste, o Rio de Janeiro e São Paulo apresentam melhores indicadores com respeito a auxílios alimentar (NA) e acessos básicos (AB) e piores em qualidade no espaço em que vive (QV) e os outros indicadores na média.

Tabela 3 - Composição das Regiões e os indicadores de pobreza.

Regiões	NA	SS	AE	AS	QV	AB	%
Centro-Oeste	6,40%	18,58%	34,75%	13,93%	14,63%	12,37%	7,35%
Distrito Federal	1,29%	18,78%	23,87%	11,81%	15,27%	3,58%	1,34%
Goiás	7,01%	19,14%	36,68%	14,69%	12,33%	10,88%	3,14%
Mato Grosso	8,58%	17,62%	38,01%	13,86%	16,89%	22,21%	1,59%
Mato Grosso do Sul	7,55%	18,19%	37,37%	14,40%	16,82%	13,06%	1,28%
Nordeste	15,16%	21,04%	53,01%	19,79%	23,73%	32,31%	27,84%
Alagoas	11,02%	22,05%	58,87%	23,43%	23,16%	31,84%	1,64%
Bahia	13,32%	21,73%	51,10%	18,67%	20,46%	32,06%	7,36%
Ceará	13,18%	20,71%	52,54%	18,79%	22,79%	30,70%	4,43%
Maranhão	26,42%	16,89%	55,52%	22,40%	40,29%	41,62%	3,44%
Paraíba	14,24%	23,30%	56,47%	17,95%	19,07%	27,03%	1,98%
Pernambuco	11,91%	23,58%	51,06%	19,75%	21,46%	30,96%	4,61%
Piauí	24,61%	19,72%	57,66%	19,55%	25,10%	48,45%	1,64%
Rio Grande do Norte	14,65%	19,38%	53,62%	22,98%	19,63%	21,50%	1,66%
Sergipe	8,35%	18,92%	45,17%	16,70%	20,48%	19,35%	1,08%
Norte	8,46%	15,99%	41,98%	18,24%	33,44%	31,45%	8,29%
Acre	13,77%	15,22%	37,59%	22,90%	37,32%	41,51%	0,38%
Amapá	2,20%	14,31%	23,00%	9,42%	30,09%	21,54%	0,35%
Amazonas	6,60%	14,86%	40,15%	19,41%	41,19%	32,65%	1,82%
Pará	6,05%	16,08%	45,61%	19,22%	33,15%	32,39%	3,96%
Rondônia	13,75%	16,99%	39,08%	16,50%	22,93%	29,86%	0,82%
Roraima	6,76%	14,48%	30,51%	12,70%	35,75%	21,36%	0,23%
Tocantins	21,11%	18,98%	45,25%	15,48%	26,28%	27,81%	0,72%

Sul	7,56%	19,59%	37,60%	15,58%	12,11%	13,43%	14,37%
Paraná	7,37%	17,75%	36,06%	15,44%	13,47%	13,28%	5,48%
Rio Grande do Sul	8,65%	21,51%	38,91%	15,44%	12,10%	13,63%	5,62%
Santa Catarina	6,01%	19,37%	37,92%	16,05%	9,84%	13,32%	3,27%
Sudeste	3,31%	21,23%	37,44%	14,15%	16,86%	9,40%	42,15%
Espírito Santo	6,32%	21,73%	40,95%	17,94%	16,21%	25,06%	1,84%
Minas Gerais	9,58%	20,16%	42,89%	15,77%	13,09%	16,05%	10,28%
Rio de Janeiro	0,69%	25,96%	35,04%	13,23%	18,18%	9,25%	8,39%
São Paulo	1,08%	19,87%	35,48%	13,42%	18,21%	4,96%	21,64%
Brasil	7,87%	20,31%	41,98%	16,25%	19,30%	18,40%	100,00%

Fonte: Resultado da pesquisa.

Interessante notar que alguns estados, como Maranhão e Piauí, estão bem fora da média regional, sendo que apesar de haver um consenso de que o Norte e o Nordeste são mais fragilizados estados como o Amapá estão melhores que a média nacional na maioria dos indicadores. Indicando haver disparidade entre os Estados em cada Região.

Tabela 4 - Composição das Regiões e a relação com a Pobreza.

Regiões	Min 1 priv.	Min 3 priv.	Renda/n	Remu. Máx.	IPM	IPM extremo	TV
Centro-Oeste	57,46%	11,43%	700,24	36,08	7,46%	0,64%	0,00%
Distrito Federal	47,91%	6,29%	1.172,71	62,36	5,54%	0,52%	0,00%
Goiás	57,64%	11,51%	580,02	28,81	7,18%	0,52%	0,00%
Mato Grosso	63,36%	14,27%	616,90	32,85	8,80%	0,86%	0,00%
Mato Grosso do Sul	59,68%	13,11%	603,10	30,37	8,51%	0,79%	0,00%
Nordeste	75,26%	27,11%	351,62	18,35	26,93%	5,48%	0,04%
Alagoas	76,84%	29,08%	315,47	17,10	34,19%	8,55%	0,00%
Bahia	73,84%	24,91%	360,71	18,76	25,45%	4,72%	0,01%
Ceará	74,94%	25,10%	345,47	17,58	25,68%	3,85%	0,03%
Maranhão	80,24%	36,97%	288,74	17,17	31,33%	9,29%	0,22%
Paraíba	74,85%	25,36%	391,49	19,90	25,86%	5,30%	0,00%
Pernambuco	74,28%	25,62%	354,67	17,18	27,01%	4,74%	0,05%
Piauí	80,43%	37,55%	354,05	17,27	29,78%	8,41%	0,00%
Rio Grande do Norte	73,24%	22,28%	413,42	21,94	21,73%	3,44%	0,00%
Sergipe	68,27%	17,06%	385,46	22,56	22,44%	2,71%	0,00%
Norte	73,74%	21,42%	385,70	23,27	19,76%	2,88%	0,02%
Acre	75,71%	27,35%	407,68	24,20	23,43%	6,10%	0,00%
Amapá	60,85%	9,10%	385,66	25,83	11,54%	0,61%	0,00%
Amazonas	74,45%	22,86%	374,00	24,00	22,64%	4,03%	0,00%
Pará	76,33%	21,55%	358,35	21,94	20,29%	2,15%	0,00%
Rondônia	69,81%	19,92%	454,55	24,45	14,47%	2,71%	0,03%
Roraima	69,61%	11,38%	444,43	26,19	20,51%	1,63%	0,37%

Tocantins	68,72%	24,78%	456,35	24,66	17,40%	4,02%	0,09%
Sul	58,46%	12,76%	703,25	32,21	5,68%	0,54%	0,00%
Paraná	57,32%	12,61%	674,44	33,84	6,67%	0,77%	0,00%
Rio Grande do Sul	60,62%	13,17%	702,99	30,04	6,00%	0,42%	0,00%
Santa Catarina	56,66%	12,30%	751,96	33,20	3,47%	0,35%	0,00%
Sudeste	60,46%	10,66%	684,12	32,54	6,20%	0,55%	0,00%
Espírito Santo	69,37%	15,96%	570,58	30,39	10,25%	0,77%	0,00%
Minas Gerais	62,77%	15,37%	561,21	26,33	9,53%	1,08%	0,00%
Rio de Janeiro	62,38%	9,37%	718,03	31,75	5,68%	0,24%	0,00%
São Paulo	57,85%	8,47%	739,06	35,98	4,48%	0,40%	0,00%
Brasil	65,17%	16,49%	570,75	28,03	13,11%	2,12%	0,01%

Fonte: Resultado da pesquisa.

A renda por pessoa do Distrito Federal aumenta consideravelmente a renda por pessoa do Centro-Oeste, porém se comparado os índices de pobreza esse estado não possui os melhores indicadores se comparados com estados como Santa Catarina e São Paulo.

Para facilitar a visualização da relação renda e pobreza estadual foi elaborado dois gráficos comparativos específicos para essa tabela, apresentando no primeiro a relação entre renda por pessoa estadual média e a proporção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e no segundo com a pobreza extrema multidimensional extrema:

Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 3 – Renda e Pobreza Estadual

Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 3 – Renda e Pobreza extrema Estadual

Nota-se que apesar de haver a relação consensual entre renda e pobreza, tal relação não é visivelmente linear, porém há de se considerar que aqueles estados com menores rendas são também aqueles com piores proporções de pobreza. Apesar dessa visível relação há de se considerar Estados com inferiores em renda por pessoa e melhores proporções de pobreza.

Salienta-se que os estados em que há presença de parcela da população de Totalmente Vulneráveis acima de 0,01% estão localizadas nos em Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Roraima e Tocantins.

Tabela 5 - Educação formal e os indicadores da pobreza por Região.

Educação	NA	SS	AE	AS	QV	AB	%
<u>Centro-Oeste</u>	<u>6,40%</u>	<u>18,58%</u>	<u>34,75%</u>	<u>13,93%</u>	<u>14,63%</u>	<u>12,37%</u>	<u>7,35%</u>
Alfab. jovens e adultos	11,18%	38,79%	100,00%	29,65%	12,71%	14,62%	0,02%
Ed. jovensAdultos 2ºg	2,45%	20,32%	22,09%	15,68%	8,86%	5,49%	0,05%
Ed. jovensAdultos 1ºg	8,77%	24,71%	31,76%	24,53%	20,53%	13,78%	0,03%
Elementar (primário)	13,80%	46,63%	100,00%	27,24%	7,39%	20,38%	0,67%
Médio 1º ciclo	7,95%	39,78%	29,82%	21,29%	4,66%	10,10%	0,10%
Médio 2º ciclo	3,47%	46,24%	19,30%	18,28%	2,89%	6,71%	0,07%
Mestrado ou doutorado	0,91%	19,32%	9,12%	4,71%	1,97%	1,75%	0,02%
não determinado	6,61%	14,23%	34,46%	13,71%	18,28%	13,26%	3,11%
1º grau	7,41%	15,42%	27,85%	13,43%	18,46%	16,29%	1,41%
2º grau	3,31%	14,82%	20,99%	10,08%	12,10%	6,77%	1,30%
Superior - graduação	1,48%	17,05%	10,88%	6,80%	3,67%	3,16%	0,57%
<u>Nordeste</u>	<u>15,16%</u>	<u>21,04%</u>	<u>53,01%</u>	<u>19,79%</u>	<u>23,73%</u>	<u>32,31%</u>	<u>27,84%</u>
Alfab. jovens e adultos	34,03%	34,57%	100,00%	29,22%	25,44%	62,66%	0,34%
Ed. jovensAdultos 2ºg	5,91%	21,68%	26,95%	17,57%	14,53%	12,05%	0,11%
Ed. jovensAdultos 1ºg	14,19%	23,97%	44,21%	27,64%	26,70%	32,00%	0,15%
Elementar (primário)	22,12%	43,66%	100,00%	31,46%	14,09%	35,75%	2,48%
Médio 1º ciclo	7,14%	43,37%	32,56%	25,14%	9,36%	13,59%	0,38%
Médio 2º ciclo	4,11%	43,22%	24,37%	20,62%	5,14%	6,90%	0,29%
Mestrado ou doutorado	1,03%	17,38%	2,66%	5,54%	1,32%	2,33%	0,04%
não determinado	17,37%	17,11%	57,08%	20,52%	28,72%	37,02%	13,31%
1º grau	16,09%	18,28%	47,25%	18,26%	27,49%	39,14%	5,61%
2º grau	6,20%	19,09%	30,25%	13,74%	15,93%	14,28%	4,13%
Superior - graduação	2,00%	21,03%	15,21%	8,90%	4,03%	4,96%	1,00%
<u>Norte</u>	<u>8,46%</u>	<u>15,99%</u>	<u>41,98%</u>	<u>18,24%</u>	<u>33,44%</u>	<u>31,45%</u>	<u>8,29%</u>
Alfab. jovens e adultos	21,26%	31,33%	100,00%	31,90%	31,52%	61,69%	0,03%
Ed. jovensAdultos 2ºg	5,38%	14,06%	24,31%	17,45%	23,71%	18,79%	0,04%
Ed. jovensAdultos 1ºg	6,71%	21,30%	29,00%	19,15%	35,98%	34,20%	0,07%
Elementar (primário)	16,03%	41,58%	100,00%	29,29%	20,45%	39,19%	0,61%
Médio 1º ciclo	6,28%	34,13%	30,70%	22,57 %	14,08 %	20,33 %	0,09%
Médio 2º ciclo	3,80%	37,35%	22,28%	21,50 %	13,34 %	13,16 %	0,06%
Mestrado ou doutorado	0,00%	10,89%	4,51%	2,54%	6,63%	1,66%	0,01%
não determinado	8,95%	12,10%	43,69%	18,45 %	38,77 %	34,21 %	4,15%
1º grau	9,89%	15,55%	36,18%	18,27 %	37,65 %	40,27 %	1,60%
2º grau	3,33%	14,18%	24,15%	13,38 %	25,34 %	15,10 %	1,32%
Superior - graduação	2,27%	15,00%	16,41%	10,66	11,46	7,75%	0,29%

				%	%		
<u>Sul</u>	<u>7,56%</u>	<u>19,59%</u>	<u>37,60%</u>	<u>15,58</u> <u>%</u>	<u>12,11</u> <u>%</u>	<u>13,43</u> <u>%</u>	<u>14,37%</u>
Alfab. jovens e adultos	20,80 %	43,30%	100,00 %	32,72 %	11,19 %	24,47 %	0,03%
Ed. jovensAdultos 2ºg	3,45%	14,98%	20,74%	12,10 %	9,69%	6,29%	0,15%
Ed. jovensAdultos 1ºg	6,78%	24,04%	28,44%	17,13 %	12,14 %	12,57 %	0,09%
Elementar (primário)	16,39 %	47,51%	100,00 %	29,58 %	5,75%	21,06 %	2,09%
Médio 1º ciclo	7,62%	41,72%	31,60%	21,80 %	4,88%	7,08%	0,34%
Médio 2º ciclo	4,47%	44,45%	19,97%	17,54 %	2,59%	3,45%	0,24%
Mestrado ou doutorado	0,57%	14,53%	6,06%	6,58%	0,97%	0,79%	0,06%
não determinado	7,01%	12,03%	31,97%	14,42 %	16,32 %	14,01 %	5,24%
1º grau	7,79%	13,86%	27,33%	14,71 %	17,59 %	18,55 %	2,58%
2º grau	4,10%	12,89%	22,23%	9,86%	9,64%	7,45%	2,35%
Superior - graduação	2,18%	18,30%	14,26%	7,72%	2,77%	3,55%	1,22%
<u>Sudeste</u>	<u>3,31%</u>	<u>21,23%</u>	<u>37,44%</u>	<u>14,15</u> <u>%</u>	<u>16,86</u> <u>%</u>	<u>9,40%</u>	<u>42,15%</u>
Alfab. jovens e adultos	16,99 %	52,36%	100,00 %	33,45 %	11,04 %	22,70 %	0,10%
Ed. jovensAdultos 2ºg	2,29%	19,52%	21,24%	11,32 %	12,93 %	3,53%	0,39%
Ed. jovensAdultos 1ºg	4,73%	28,52%	31,63%	18,19 %	17,08 %	10,53 %	0,25%
Elementar (primário)	5,79%	48,24%	100,00 %	25,63 %	8,18%	11,83 %	5,12%
Médio 1º ciclo	2,21%	41,63%	28,90%	19,80 %	6,91%	5,28%	1,27%
Médio 2º ciclo	1,20%	48,93%	20,68%	16,75 %	3,26%	2,78%	0,88%
Mestrado ou doutorado	0,62%	17,10%	5,17%	5,28%	1,35%	1,21%	0,19%
não determinado	3,70%	14,15%	33,95%	13,47 %	22,67 %	10,99 %	15,21%
1º grau	4,30%	15,41%	29,52%	13,57 %	23,77 %	14,73 %	6,85%
2º grau	1,64%	15,34%	25,78%	10,28 %	15,20 %	5,35%	8,19%
Superior - graduação	0,71%	22,17%	14,47%	8,05%	3,89%	2,11%	3,68%
<u>Brasil</u>	<u>7,87%</u>	<u>20,31%</u>	<u>41,98%</u>	<u>16,25</u> <u>%</u>	<u>19,30</u> <u>%</u>	<u>18,40</u> <u>%</u>	<u>100,00</u> <u>%</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

Por se tratar de educação formal e estar diretamente relacionada ao Atraso Educativo (AE) é de se esperar que aqueles com atraso educativo possuam 100% desse indicador. De forma geral o aumento no nível da educação formal gera melhores indicadores em todos as Regiões.

Tabela 6 - Educação formal e a relação com a Pobreza.

Educação	Min 1 priv.	Min 3 priv.	Renda/n	Remu. Máx.	IPM	IPM extremo	TV
Centro-Oeste	<u>57,46%</u>	<u>11,43%</u>	<u>700,24</u>	<u>36,08</u>	<u>7,46%</u>	<u>0,64%</u>	<u>0,00%</u>
Alfab. jovens e adultos	100,00%	31,26 %	340,25	10,31	11,62%	1,17%	0,00%
Ed. jovensAdultos 2ºg	49,40%	6,21%	662,25	36,15	0,59%	0,00%	0,00%
Ed. jovensAdultos 1ºg	69,79%	13,79 %	442,87	20,19	5,13%	0,00%	0,00%
Elementar (primário)	100,00%	33,47 %	532,89	19,53	6,22%	1,06%	0,00%
Médio 1º ciclo	66,30%	12,56 %	881,80	31,06	3,50%	0,54%	0,00%
Médio 2º ciclo	61,78%	7,86%	1.575,8 9	50,10	2,00%	0,00%	0,00%
Mestrado ou doutorado	27,37%	1,44%	3.887,2 0	177,34	0,00%	0,00%	0,00%
não determinado	56,49%	12,00 %	566,30	34,21	10,27%	0,91%	0,00%
1º grau	60,03%	9,41%	409,87	21,30	9,12%	0,59%	0,00%
2º grau	45,28%	4,97%	677,42	36,18	3,58%	0,20%	0,00%
Superior - graduação	31,65%	2,39%	2.156,9 3	97,35	0,64%	0,00%	0,00%
Nordeste	<u>75,26%</u>	<u>27,11 %</u>	<u>351,62</u>	<u>18,35</u>	<u>26,93%</u>	<u>5,48%</u>	<u>0,04%</u>
Alfab. jovens e adultos	100,00%	61,44 %	217,51	8,03	36,33%	10,58%	0,14%
Ed. jovensAdultos 2ºg	57,96%	10,92 %	473,03	28,31	7,39%	1,13%	0,00%
Ed. jovensAdultos 1ºg	79,76%	25,56 %	263,70	16,34	25,56%	3,57%	0,00%
Elementar (primário)	100,00%	45,40 %	333,16	11,67	18,75%	4,26%	0,04%
Médio 1º ciclo	73,35%	14,94 %	534,51	20,32	8,88%	1,05%	0,00%
Médio 2º ciclo	64,02%	9,99%	1.007,3 0	33,67	3,20%	0,22%	0,00%
Mestrado ou doutorado	24,67%	0,29%	3.733,6 1	135,24	1,20%	0,00%	0,00%
não determinado	77,42%	31,03 %	272,89	16,13	34,29%	7,58%	0,05%
1º grau	78,27%	26,13	219,74	12,30	32,55%	5,82%	0,06%

		%					
2º grau	58,07%	10,71 %	417,51	22,55	9,98%	0,85%	0,00%
Superior - graduação	38,28%	3,87%	1.561,2 5	73,66	1,57%	0,15%	0,00%
<u>Norte</u>	<u>73,74%</u>	<u>21,42 %</u>	<u>385,70</u>	<u>23,27</u>	<u>19,76%</u>	<u>2,88%</u>	<u>0,02%</u>
Alfab. jovens e adultos	100,00%	55,80 %	269,73	11,82	25,92%	11,02%	0,36%
Ed. jovensAdultos 2ºg	61,15%	10,75 %	571,69	28,02	8,37%	0,59%	0,00%
Ed. jovensAdultos 1ºg	77,90%	18,64 %	302,01	16,81	16,94%	1,70%	0,00%
Elementar (primário)	100,00%	45,08 %	386,91	18,17	13,53%	2,82%	0,04%
Médio 1º ciclo	73,82%	13,37 %	557,36	23,92	7,39%	1,27%	0,00%
Médio 2º ciclo	66,83%	9,71%	855,86	34,24	2,49%	0,36%	0,00%
Mestrado ou doutorado	17,46%	0,88%	2.609,7 3	135,93	0,00%	0,00%	0,00%
não determinado	75,14%	23,15 %	314,49	21,50	25,47%	3,93%	0,03%
1º grau	78,18%	22,10 %	281,60	17,77	23,17%	2,92%	0,02%
2º grau	58,99%	8,67%	484,10	27,38	6,92%	0,38%	0,00%
Superior - graduação	42,41%	5,06%	1.281,6 1	65,83	1,23%	0,14%	0,00%
<u>Sul</u>	<u>58,46%</u>	<u>12,76 %</u>	<u>703,25</u>	<u>32,21</u>	<u>5,68%</u>	<u>0,54%</u>	<u>0,00%</u>
Alfab. jovens e adultos	100,00%	40,57 %	454,77	14,27	10,35%	2,47%	0,00%
Ed. jovensAdultos 2ºg	45,25%	5,19%	681,18	29,92	1,67%	0,43%	0,00%
Ed. jovensAdultos 1ºg	57,79%	11,42 %	515,00	20,29	5,91%	0,00%	0,00%
Elementar (primário)	100,00%	35,26 %	609,14	18,33	4,08%	0,75%	0,00%
Médio 1º ciclo	69,60%	10,22 %	874,01	26,26	2,48%	0,09%	0,00%
Médio 2º ciclo	62,51%	5,78%	1.339,7 2	35,99	0,66%	0,00%	0,00%
Mestrado ou doutorado	21,81%	1,88%	3.195,2 9	126,87	0,57%	0,00%	0,00%
não determinado	53,78%	11,20 %	567,62	31,97	8,41%	0,76%	0,00%
1º grau	58,50%	10,64 %	434,88	21,50	8,44%	0,69%	0,00%
2º grau	43,92%	5,03%	706,76	33,44	1,80%	0,06%	0,00%

Superior - graduação	34,02%	3,30%	1.737,5 2	75,15	0,79%	0,10%	0,00%
<u>Sudeste</u>	<u>60,46%</u>	<u>10,66</u> <u>%</u>	<u>684,12</u>	<u>32,54</u>	<u>6,20%</u>	<u>0,55%</u>	<u>0,00%</u>
Alfab. jovens e adultos	100,00%	43,06 %	487,75	13,65	7,97%	1,39%	0,00%
Ed. jovensAdultos 2ºg	49,82%	5,18%	733,51	33,64	1,77%	0,00%	0,00%
Ed. jovensAdultos 1ºg	67,61%	10,69 %	598,35	22,98	6,02%	0,62%	0,00%
Elementar (primário)	100,00%	26,22 %	574,56	17,71	4,11%	0,63%	0,00%
Médio 1º ciclo	66,94%	7,43%	806,09	26,85	2,11%	0,23%	0,00%
Médio 2º ciclo	64,12%	5,43%	1.306,3 7	39,03	1,18%	0,06%	0,00%
Mestrado ou doutorado	23,97%	0,70%	3.131,4 0	141,09	0,96%	0,00%	0,00%
não determinado	57,68%	11,01 %	532,00	31,27	9,75%	0,86%	0,01%
1º grau	61,34%	10,23 %	407,15	20,47	9,14%	0,66%	0,00%
2º grau	49,68%	5,39%	636,16	31,49	2,44%	0,22%	0,00%
Superior - graduação	37,53%	2,65%	1.776,7 5	79,19	0,67%	0,00%	0,00%
<u>Brasil</u>	<u>65,17%</u>	<u>16,49</u> <u>%</u>	<u>570,75</u>	<u>28,03</u>	<u>13,11%</u>	<u>2,12%</u>	<u>0,01%</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

De forma análoga a anterior o aumento da educação formal diminuir os índices de pobreza na média e também possui as melhores remunerações médias. Isso é consensual e é confirmado pela tabela.

Tabela 7 - Emprego e os indicadores da pobreza por Região.

Emprego	NA	SS	AE	AS	QV	AB	%
<u>Centro-Oeste</u>	<u>6,40%</u>	<u>18,58%</u>	<u>34,75%</u>	<u>13,93%</u>	<u>14,63%</u>	<u>12,37%</u>	<u>7,35%</u>
Conta própria	9,07%	26,76%	40,64%	14,52%	10,45%	16,63%	0,71%
Com carteira	2,96%	6,06%	27,35%	9,75%	11,76%	8,51%	1,30%
Sem carteira	5,17%	19,83%	39,28%	13,45%	15,47%	12,43%	0,89%
Empregador	3,35%	9,48%	19,70%	7,23%	3,91%	7,17%	0,20%
FuncPúblico	1,62%	8,15%	18,42%	7,69%	5,47%	4,34%	0,35%
Não aplicável	4,53%	21,18%	36,09%	16,17%	17,64%	11,03%	3,66%
PrópUsoNaoRem	59,43%	40,47%	56,42%	17,06%	15,84%	56,92%	0,24%
<u>Nordeste</u>	<u>15,16%</u>	<u>21,04%</u>	<u>53,01%</u>	<u>19,79%</u>	<u>23,73%</u>	<u>32,31%</u>	<u>27,84%</u>
Conta própria	14,12%	24,78%	57,56%	18,29%	20,15%	37,26%	3,17%
Com carteira	4,12%	7,94%	32,05%	12,13%	15,60%	13,52%	2,78%
Sem carteira	11,28%	19,52%	54,21%	18,35%	23,96%	31,05%	3,42%

Empregador	6,41%	6,20%	33,73%	12,29%	9,56%	20,44%	0,43%
FuncPúblico	4,69%	9,65%	25,98%	11,03%	7,48%	11,24%	0,80%
Não aplicável	12,47%	22,55%	54,01%	21,89%	26,67%	30,41%	15,07%
PrópUsoNaoRem	60,97%	31,34%	78,01%	24,14%	27,34%	74,20%	2,18%
<u>Norte</u>	<u>8,46%</u>	<u>15,99%</u>	<u>41,98%</u>	<u>18,24%</u>	<u>33,44%</u>	<u>31,45%</u>	<u>8,29%</u>
Conta própria	9,23%	23,70%	49,22%	18,62%	29,22%	39,95%	0,93%
Com carteira	2,44%	5,83%	26,56%	12,92%	24,82%	13,87%	0,86%
Sem carteira	6,66%	17,87 %	42,71%	17,52%	30,29%	29,65%	0,96%
Empregador	3,92%	6,88%	29,26%	11,56%	17,22%	23,52%	0,14%
FuncPúblico	2,63%	8,22%	21,59%	12,01%	15,38%	13,11%	0,35%
Não aplicável	6,52%	15,41 %	42,52%	19,35%	38,20%	30,55%	4,56%
PrópUsoNaoRem	44,31 %	29,01 %	66,90%	24,24%	36,01%	73,15%	0,49%
<u>Sul</u>	<u>7,56%</u>	<u>19,59 %</u>	<u>37,60%</u>	<u>15,58%</u>	<u>12,11%</u>	<u>13,43%</u>	<u>14,37%</u>
Conta própria	9,84%	29,19 %	44,73%	15,98%	8,04%	22,46%	1,43%
Com carteira	3,12%	5,17%	28,10%	10,61%	9,73%	7,14%	3,13%
Sem carteira	4,51%	17,59 %	37,75%	13,78%	14,57%	11,91%	1,37%
Empregador	3,29%	4,98%	21,17%	7,24%	4,38%	4,67%	0,43%
FuncPúblico	2,87%	6,82%	20,49%	8,31%	3,11%	4,44%	0,49%
Não aplicável	5,12%	23,92 %	39,29%	18,34%	15,20%	11,84%	6,72%
PrópUsoNaoRem	51,26 %	41,51 %	66,59%	23,06%	8,13%	47,72%	0,81%
<u>Sudeste</u>	<u>3,31%</u>	<u>21,23 %</u>	<u>37,44%</u>	<u>14,15%</u>	<u>16,86%</u>	<u>9,40%</u>	<u>42,15%</u>
Conta própria	2,58%	26,11 %	41,07%	12,50%	12,49%	10,30%	3,62%
Com carteira	1,53%	7,89%	30,32%	9,58%	13,96%	6,25%	9,63%
Sem carteira	3,32%	19,31 %	40,99%	13,33%	18,07%	12,39%	4,26%
Empregador	1,39%	7,98%	22,22%	7,59%	4,79%	5,26%	0,99%
FuncPúblico	1,38%	10,50 %	22,81%	9,01%	6,19%	4,18%	1,39%
Não aplicável	2,59%	27,46 %	39,97%	17,11%	20,10%	9,17%	21,35%
PrópUsoNaoRem	46,14 %	36,34 %	60,89%	18,62%	12,96%	42,53%	0,92%
<u>Brasil</u>	<u>7,87%</u>	<u>20,31 %</u>	<u>41,98%</u>	<u>16,25%</u>	<u>19,30%</u>	<u>18,40%</u>	<u>100,00 %</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

Aqueles identificados como trabalhando para o próprio uso ou não remunerados, sem carteira assinada e os conta própria tiveram no geral piores indicadores em todas as Regiões. Comparando aqueles com carteira assinada, empregador e funcionário público, para o Centro-Oeste, Sul e Sudeste aqueles considerados como funcionário público e empregador obtiveram melhores indicadores e para o Nordeste e Norte aqueles considerados com carteira assinada e funcionário público obtiveram os melhores indicadores apesar daqueles com empregador não ficarem muito longe daqueles com carteira.

Tabela 8 - Emprego e a relação com a Pobreza

Emprego	Min 1 priv.	Min 3 priv.	Renda/n	Remu. Máx.	IPM	IPM extremo	TV
<u>Centro-Oeste</u>	<u>57,46%</u>	<u>11,43%</u>	<u>700,24</u>	<u>36,08</u>	<u>7,46%</u>	<u>0,64%</u>	<u>0,00%</u>
Conta própria	64,76%	14,28%	685,62	35,41	4,87%	0,27%	0,00%
Com carteira	45,47%	4,13%	710,13	33,96	1,54%	0,01%	0,00%
Sem carteira	62,84%	10,58%	554,45	27,57	5,17%	0,30%	0,00%
Empregador	32,71%	4,50%	2.195,01	105,53	0,18%	0,00%	0,00%
FuncPúblico	31,99%	2,70%	1.664,62	82,47	0,69%	0,00%	0,00%
Não aplicável	60,84%	12,18 %	575,90	31,66	11,07 %	0,92%	0,00%
PrópUsoNaoRem	86,80%	52,57 %	471,00	22,76	16,37 %	3,49%	0,00%
<u>Nordeste</u>	<u>75,26%</u>	<u>27,11 %</u>	<u>351,62</u>	<u>18,35</u>	<u>26,93 %</u>	<u>5,48%</u>	<u>0,04%</u>
Conta própria	79,73%	27,50 %	346,21	17,88	23,31 %	4,27%	0,01%
Com carteira	52,04%	7,96%	522,57	26,22	5,56%	0,15%	0,00%
Sem carteira	77,76%	23,28 %	311,43	16,88	22,79 %	2,68%	0,01%
Empregador	50,30%	10,34 %	1.271,51	66,12	4,55%	0,29%	0,00%
FuncPúblico	43,18%	6,22%	961,43	52,38	1,82%	0,03%	0,00%
Não aplicável	77,51%	27,33 %	293,09	15,41	31,86 %	6,01%	0,03%
PrópUsoNaoRem	95,50%	66,32 %	206,32	9,84	45,37 %	17,71%	0,34%
<u>Norte</u>	<u>73,74%</u>	<u>21,42 %</u>	<u>385,70</u>	<u>23,27</u>	<u>19,76 %</u>	<u>2,88%</u>	<u>0,02%</u>
Conta própria	80,15%	26,24 %	383,59	21,48	17,06 %	1,86%	0,00%
Com carteira	55,01%	7,10%	527,39	27,74	3,99%	0,03%	0,00%
Sem carteira	75,23%	18,38 %	386,01	22,11	12,82 %	1,06%	0,00%
Empregador	56,19%	8,64%	1.105,86	60,77	1,23%	0,00%	0,00%

FuncPúblico	46,81%	6,56%	872,15	46,90	2,10%	0,00%	0,00%
Não aplicável	76,07%	21,35 %	313,99	20,76	24,97 %	3,64%	0,02%
PrópUsoNaoRem	93,88%	57,96 %	257,08	16,96	35,50 %	9,17%	0,19%
<u>Sul</u>	<u>58,46%</u>	<u>12,76 %</u>	<u>703,25</u>	<u>32,21</u>	<u>5,68%</u>	<u>0,54%</u>	<u>0,00%</u>
Conta própria	68,74%	17,19 %	785,19	36,06	4,80%	0,36%	0,00%
Com carteira	43,94%	3,97%	745,70	31,95	0,98%	0,00%	0,00%
Sem carteira	60,26%	9,86%	621,90	30,90	4,08%	0,30%	0,00%
Empregador	32,31%	2,95%	1.861,25	85,46	0,15%	0,00%	0,00%
FuncPúblico	31,64%	2,88%	1.370,48	63,69	0,52%	0,00%	0,00%
Não aplicável	62,48%	13,61 %	581,72	27,33	8,38%	0,76%	0,00%
PrópUsoNaoRem	90,20%	48,02 %	525,73	21,94	11,76 %	2,13%	0,00%
<u>Sudeste</u>	<u>60,46%</u>	<u>10,66 %</u>	<u>684,12</u>	<u>32,54</u>	<u>6,20%</u>	<u>0,55%</u>	<u>0,00%</u>
Conta própria	64,29%	9,63%	785,83	37,47	3,27%	0,21%	0,00%
Com carteira	48,00%	4,45%	768,63	35,66	1,24%	0,01%	0,00%
Sem carteira	65,82%	9,74%	585,69	29,10	5,16%	0,30%	0,00%
Empregador	34,63%	3,56%	1.886,24	92,22	0,15%	0,00%	0,00%
FuncPúblico	36,80%	3,63%	1.275,62	59,34	0,37%	0,00%	0,00%
Não aplicável	66,07%	13,15 %	563,11	26,97	9,35%	0,83%	0,00%
PrópUsoNaoRem	84,09%	44,31 %	481,13	21,36	16,83 %	3,64%	0,05%
<u>Brasil</u>	<u>65,17%</u>	<u>16,49 %</u>	<u>570,75</u>	<u>28,03</u>	<u>13,11 %</u>	<u>2,12%</u>	<u>0,01%</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

Aqueles que são empregador obtiveram melhores renda por pessoa e remuneração o que todos os outros, enquanto que aqueles sem carteira assinada e próprio uso ou não remunerados obtiveram piores rendas. Com respeito aos índices de pobreza os empregadores obtiveram melhores proporções de pobreza em todas as Regiões com exceção do Nordeste e os funcionários públicos foram os segundos melhores.

Tabela 9 - Idade que começou a trabalhar e os indicadores da pobreza por Região.

Idade Começou a Trabalhar	NA	SS	AE	AS	QV	AB	%
Centro-Oeste	<u>6,40%</u>	<u>18,58%</u>	<u>34,75%</u>	<u>13,93%</u>	<u>14,63%</u>	<u>12,37%</u>	<u>7,35%</u>
10 a 14 anos	9,30%	16,37%	35,46%	12,42%	13,00%	15,99%	1,62%
15 a 17 anos	3,46%	13,58%	26,83%	10,05%	12,71%	6,46%	0,99%
18 a 19 anos	2,39%	13,67%	23,10%	9,38%	9,22%	5,05%	0,45%
20 a 24 anos	2,21%	13,97%	22,70%	8,54%	8,26%	3,78%	0,24%
25 a 29 anos	3,85%	15,15%	22,65%	8,80%	8,90%	6,19%	0,05%
30 anos ou mais	1,56%	22,90%	36,68%	12,84%	7,85%	4,15%	0,03%
Até 9 anos	17,97%	27,04%	51,57%	17,77%	12,25%	26,67%	0,63%
Não aplicável	4,61%	20,53%	36,15%	16,15%	17,73%	11,42%	3,36%
Nordeste	<u>15,16%</u>	<u>21,04%</u>	<u>53,01%</u>	<u>19,79%</u>	<u>23,73%</u>	<u>32,31%</u>	<u>27,84%</u>
10 a 14 anos	24,42%	20,78%	61,05%	18,84%	24,87%	45,84%	5,86%
15 a 17 anos	9,93%	16,79%	40,60%	15,40%	19,66%	20,33%	2,88%
18 a 19 anos	3,84%	15,76%	30,20%	12,89%	13,73%	10,29%	1,55%
20 a 24 anos	4,47%	17,97%	31,49%	13,73%	11,40%	10,20%	1,11%
25 a 29 anos	3,57%	18,50%	32,54%	13,66%	12,17%	8,81%	0,20%
30 anos ou mais	5,14%	24,13%	41,99%	17,02%	11,51%	12,97%	0,11%
Até 9 anos	30,81%	27,02%	70,30%	23,49%	21,03%	51,73%	2,33%
Não aplicável	12,06%	21,88%	53,94%	21,85%	26,93%	30,52%	13,80%
Norte	<u>8,46%</u>	<u>15,99%</u>	<u>41,98%</u>	<u>18,24%</u>	<u>33,44%</u>	<u>31,45%</u>	<u>8,29%</u>
10 a 14 anos	13,48%	18,52%	47,00%	18,05%	30,61%	41,25%	1,69%
15 a 17 anos	5,23%	13,29%	32,40%	14,38%	28,73%	22,15%	0,97%
18 a 19 anos	2,25%	13,63%	27,15%	13,26%	22,63%	12,54%	0,48%
20 a 24 anos	3,04%	16,93%	30,36%	15,75%	22,24%	13,96%	0,27%
25 a 29 anos	3,29%	16,59%	28,86%	16,15%	23,57%	10,78%	0,05%
30 anos ou mais	6,78%	17,82%	42,91%	18,28%	26,23%	16,66%	0,02%
Até 9 anos	21,88%	22,99%	57,50%	23,58%	27,25%	48,26%	0,57%
Não aplicável	6,50%	14,86%	42,61%	19,22%	38,54%	30,94%	4,25%
Sul	<u>7,56%</u>	<u>19,59%</u>	<u>37,60%</u>	<u>15,58%</u>	<u>12,11%</u>	<u>13,43%</u>	<u>14,37%</u>
10 a 14 anos	11,36%	16,93%	39,28%	13,97%	10,84%	18,40%	3,43%
15 a 17 anos	4,23%	11,84%	27,32%	10,46%	9,86%	6,62%	2,14%
18 a 19 anos	3,00%	12,61%	26,04%	10,10%	7,20%	5,03%	0,87%
20 a 24 anos	2,12%	15,73%	22,64%	9,39%	6,62%	4,44%	0,44%
25 a 29 anos	2,51%	16,14%	26,50%	10,15%	6,38%	2,47%	0,08%
30 anos ou mais	3,40%	23,28%	33,60%	12,54%	7,12%	6,71%	0,06%
Até 9 anos	20,80%	26,79%	55,68%	21,49%	9,44%	28,88%	1,18%
Não aplicável	5,20%	23,66%	39,65%	18,43%	15,31%	12,09%	6,17%
Sudeste	<u>3,31%</u>	<u>21,23%</u>	<u>37,44%</u>	<u>14,15%</u>	<u>16,86%</u>	<u>9,40%</u>	<u>42,15%</u>
10 a 14 anos	5,39%	15,45%	38,49%	12,10%	15,49%	12,32%	8,11%
15 a 17 anos	2,00%	14,31%	30,50%	10,06%	14,96%	6,87%	6,65%

18 a 19 anos	1,11%	14,92%	27,16%	9,95%	11,53%	4,62%	3,23%
20 a 24 anos	1,09%	17,68%	26,40%	9,22%	9,42%	3,82%	1,70%
25 a 29 anos	1,49%	19,36%	24,35%	11,32%	9,85%	3,90%	0,30%
30 anos ou mais	3,22%	20,69%	42,69%	13,29%	11,72%	6,85%	0,17%
Até 9 anos	11,04%	23,25%	54,48%	17,14%	12,76%	19,81%	2,30%
Não aplicável	2,57%	27,09%	40,16%	17,20%	20,22%	9,21%	19,68%
<u>Brasil</u>	<u>7,87%</u>	<u>20,31%</u>	<u>41,98%</u>	<u>16,25%</u>	<u>19,30%</u>	<u>18,40%</u>	<u>100,00%</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

Aqueles que começaram a trabalhar com menos de 14 anos obtiveram em média piores indicadores, sendo que no geral aqueles que começaram a trabalhar entre 18 a 29 anos obtiveram melhores indicadores. Para aqueles que começaram a trabalhar com 30 ou mais anos em média apresentaram indicadores próximos aqueles entre 18 e 29 anos com exceção do indicador de Atraso Educativo (AE).

Com respeito a renda, aqueles Dirigentes em geral e profissionais das Ciências e das artes obtiveram as melhores rendas. Com respeito a pobreza multidimensional, os Trabalhadores agrícolas obtiveram piores índices e também piores rendas. Aqueles em Ocupações mal definidas, apresentaram resultados controversos, apresentando rendas e índices de pobreza variáveis e isso pode ser caracterizado pela baixíssima proporção dessas ocupações, não sendo superior a 0,02% em nenhuma Região.

Por ser uma questão relativa a mulheres em idade adequada, o exame das mamas apresenta baixa proporção em cada subcategoria. Nota-se que proporcionalmente o Norte e Nordeste tais mulheres fazem em média menos vezes esses exames.

Nota-se também que aqueles que nunca fizeram o exame e são mulheres em idade adequada apresentam piores indicadores em média do que aquelas que fizeram os exames a pinto tempo.

Tabela 10 - Como considera sua saúde e os indicadores da pobreza por Região.

Saúde	NA	SS	AE	AS	QV	AB	%
<u>Centro-Oeste</u>	<u>6,40%</u>	<u>18,58%</u>	<u>34,75%</u>	<u>13,93%</u>	<u>14,63%</u>	<u>12,37%</u>	<u>7,35%</u>
Bom/MuitoBom	5,50%	14,75%	28,88%	9,02%	15,09%	11,46%	5,72%
Regular	9,45%	29,28%	52,57%	19,27%	13,44%	15,87%	1,39%
Ruim/MuitoRuim	10,12%	47,60%	71,01%	100,00%	10,66%	13,80%	0,24%
<u>Nordeste</u>	<u>15,16%</u>	<u>21,04%</u>	<u>53,01%</u>	<u>19,79%</u>	<u>23,73%</u>	<u>32,31%</u>	<u>27,84%</u>

Bom/MuitoBom	13,79%	17,27%	48,29%	13,91%	24,82%	31,42%	20,42%
Regular	18,29%	29,25%	63,01%	22,65%	20,89%	34,17%	6,14%
Ruim/MuitoRuim	22,02%	41,76%	80,38%	100,00%	20,13%	37,56%	1,28%
<u>Norte</u>	<u>8,46%</u>	<u>15,99%</u>	<u>41,98%</u>	<u>18,24%</u>	<u>33,44%</u>	<u>31,45%</u>	<u>8,29%</u>
Bom/MuitoBom	7,63%	13,36%	37,78%	13,52%	34,42%	30,46%	6,26%
Regular	10,36%	22,71%	51,87%	20,19%	31,04%	33,47%	1,71%
Ruim/MuitoRuim	14,61%	31,65%	71,40%	100,00%	27,14%	39,95%	0,32%
<u>Sul</u>	<u>7,56%</u>	<u>19,59%</u>	<u>37,60%</u>	<u>15,58%</u>	<u>12,11%</u>	<u>13,43%</u>	<u>14,37%</u>
Bom/MuitoBom	6,13%	15,11%	31,00%	9,84%	12,34%	12,14%	11,13%
Regular	12,23%	32,36%	57,31%	21,74%	11,36%	17,40%	2,68%
Ruim/MuitoRuim	13,70%	47,58%	74,50%	100,00%	11,06%	20,05%	0,56%
<u>Sudeste</u>	<u>3,31%</u>	<u>21,23%</u>	<u>37,44%</u>	<u>14,15%</u>	<u>16,86%</u>	<u>9,40%</u>	<u>42,15%</u>
Bom/MuitoBom	2,78%	17,27%	32,03%	9,22%	17,47%	8,70%	33,75%
Regular	5,24%	34,59%	56,67%	20,79%	14,81%	12,20%	7,00%
Ruim/MuitoRuim	6,43%	49,91%	71,76%	100,00%	12,56%	12,16%	1,40%
<u>Brasil</u>	<u>7,87%</u>	<u>20,31%</u>	<u>41,98%</u>	<u>16,25%</u>	<u>19,30%</u>	<u>18,40%</u>	<u>100,00%</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

A percepção da própria saúde como Ruim/MuitoRuim é um dos quesitos do Acesso a Saúde (AS) e é por isso que se encontra como tendo 100% de privação nesse direito social, porém nota-se também que aqueles que consideram sua saúde como Bom/MuitoBom apresentam melhores indicadores em todas as Regiões.

Tabela 11 - Como considera sua saúde e a relação com a Pobreza.

Saúde	Min 1 priv.	Min 3 priv.	Renda/n	Remu. Máx.	IPM	IPM extremo	TV
<u>Centro-Oeste</u>	<u>57,46%</u>	<u>11,43%</u>	<u>700,24</u>	<u>36,08</u>	<u>7,46%</u>	<u>0,64%</u>	<u>0,00%</u>
Bom/MuitoBom	51,96%	7,96%	746,98	39,82	7,23%	0,51%	0,00%
Regular	72,69%	18,55%	547,86	23,86	7,74%	0,77%	0,00%
Ruim/MuitoRuim	100,00%	52,84%	471,28	17,80	11,28%	2,83%	0,00%
<u>Nordeste</u>	<u>75,26%</u>	<u>27,11%</u>	<u>351,62</u>	<u>18,35</u>	<u>26,93%</u>	<u>5,48%</u>	<u>0,04%</u>
Bom/MuitoBom	71,47%	23,20%	365,62	20,06	27,38%	5,35%	0,03%
Regular	82,73%	31,89%	316,81	14,26	25,49%	5,29%	0,04%
Ruim/MuitoRuim	100,00%	66,54%	295,30	10,68	26,61%	8,46%	0,31%
<u>Norte</u>	<u>73,74%</u>	<u>21,42%</u>	<u>385,70</u>	<u>23,27</u>	<u>19,76%</u>	<u>2,88%</u>	<u>0,02%</u>
Bom/MuitoBom	70,49%	18,27%	401,21	24,73	19,98%	2,82%	0,01%
Regular	80,72%	25,72%	343,66	19,46	18,50%	2,63%	0,01%
Ruim/MuitoRuim	100,00%	59,99%	306,66	15,02	22,17%	5,43%	0,24%

<u>Sul</u>	<u>58,46%</u>	<u>12,76%</u>	<u>703,25</u>	<u>32,21</u>	<u>5,68%</u>	<u>0,54%</u>	<u>0,00%</u>
Bom/MuitoBom	52,08%	8,42%	740,69	35,53	5,40%	0,43%	0,00%
Regular	76,26%	21,46%	590,20	21,78	6,25%	0,63%	0,00%
Ruim/MuitoRuim	100,00%	57,25%	500,23	16,05	8,42%	2,29%	0,00%
<u>Sudeste</u>	<u>60,46%</u>	<u>10,66%</u>	<u>684,12</u>	<u>32,54</u>	<u>6,20%</u>	<u>0,55%</u>	<u>0,00%</u>
Bom/MuitoBom	55,38%	7,38%	712,06	35,22	5,95%	0,48%	0,00%
Regular	77,04%	17,89%	581,32	22,94	6,98%	0,66%	0,01%
Ruim/MuitoRuim	100,00%	53,64%	524,11	16,05	8,34%	1,76%	0,03%
<u>Brasil</u>	<u>65,17%</u>	<u>16,49%</u>	<u>570,75</u>	<u>28,03</u>	<u>13,11%</u>	<u>2,12%</u>	<u>0,01%</u>

Fonte: Resultado da pesquisa.

Esses 100% em Min 1 privação é esperando para aqueles com Ruim/MuitoRuim conforme o descrito na tabela anterior e nota-se que aqueles com saúde Bom/MuitoBom apresentam melhores renda e índices de pobreza multidimensional.

De forma semelhante para a pobreza, aqueles com direito apresentam melhores índices de pobreza e apresentam também melhores renda e remunerações.

É consensual de que a renda pode ser utilizada para compensar alguma parcela das privações em saúde, sendo assim aqueles com pouco problema ou nenhum de Saúde constatado por médicos apresentou melhores rendas e índices de pobreza.

Um fato a ser analisado são daqueles considerados como não aplicável, que contemplam parte da população sem acesso a consulta médica, dessa forma esses casos sua saúde pode estar pior do que aparenta e pode haver problemas não diagnosticados. Para esses constata-se que possuem menor renda e piores índices de pobreza, mesmo se comparado com aqueles que tem problema. Porém há de se considerar que esse grupo de indivíduos que são considerados como não aplicável há pessoas que optaram por não responder a pesquisa, além de outros motivos não constatados.

4.2 A INFLUÊNCIA DAS VARIÁVEIS NOS DETERMINANTES DA POBREZA.

A seguir apresenta-se os coeficientes dos modelos logit e regressão por mínimos quadrados ponderados, em que valores em branco apresentaram significância acima de 0,05, ou seja não foi rejeitado a hipótese nula de que o parâmetro é igual a zero e aqueles valores indicados pela letra “x” indicam que foram retiradas do modelo propositalmente por conter uma relação exata entre o modelo logit e a variável. Esses modelos detalhados são apresentados nos Apêndices.

Como os resultados nos modelos logit apresentam a chance, pode-se comparar as variáveis tanto com respeito a magnitude quanto ao sinal das variáveis, sendo variáveis com sinal positivo indicam que favorecem a presença da privação. Tem-se então a seguinte tabela com os indicadores:

Tabela 12 - Coeficientes com relação a Pobreza (Indicadores)

	NA	SS	AE	AS	QV	AB
const	-2,72	-2,14	-0,06	-1,61	0,43	-1,26
Renda/n*100	-0,08	0,01	-0,03	-0,02	-0,26	-0,08
Homem	0,05	0,09	-0,11	0,07		0,03
Nordeste	0,29	0,32	0,46		-0,73	-0,12
Sudeste	-0,17	0,38	0,37	-0,15	-0,61	-0,66
Sul	0,10	0,22	0,26	-0,07	-0,79	-1,00
Centro Oeste	0,07	0,13	-0,04	-0,24	-0,75	-0,91
Branca	-0,05	0,12	-0,15	-0,09	-0,27	-0,25
Amarela		0,35		-0,20		
Nasceu no Sudeste	0,09	0,19	0,08	0,09	-0,32	0,12
Nasceu no Sul	0,19	-0,08	-0,07		-0,19	0,17
Nasceu no CO	-0,14	0,27	0,17	-0,08		-0,12
NasceuEstrangeiro		0,88	0,33		-0,29	-0,56
Emp com carteira	-0,24	-1,41	-0,17	-0,20	0,07	-0,25
FuncPúblico		-1,18	-0,14	-0,28		-0,12
Empregador		-1,69	-0,35	-0,39	-0,11	
Próprio consumo	1,69	0,35	0,25	0,23	-0,08	0,21
Estudo	-0,05	0,04	-0,13	-0,02	-0,06	-0,06
Agrícola	0,76	0,41	0,76	-0,16	-0,18	1,00
Outras Ativ Indus		-0,18		-0,17		
Indust de transf	-0,44	-0,29	0,29	-0,23	0,06	0,08
Construção	-0,14	-0,23	0,45	-0,10	0,15	0,21
Comerc/Repara	-0,63	-0,33	0,26	-0,15		
Alojam e aliment	-1,16	-0,27	0,20	-0,28		
TranspArmazCom		-0,39	0,21	-0,26	0,07	
AdmPública		-0,39	0,15	-0,11	-0,10	
Ed.Saúd.SevSoc		-0,34	0,30	-0,16	-0,17	0,09
Serv domésticos	-0,44	-0,43	0,28	-0,25		0,26
Região metropoli	-1,08	0,13	-0,30	-0,14	0,26	-0,29
Rural	1,51	-0,20	0,43	-0,08	0,22	3,07
SaúdeRegular	0,26	0,82	0,69	0,72	-0,27	
SaúdeRuim/MuitoR	0,51	1,39	1,37	x	-0,51	0,12
Faz exercício	0,06	0,19	0,19	-0,09	-0,17	-0,06
R ² de McFadden	31,71%	8,23%	13,40%	3,27%	13,30%	40,19%
R ² ajustado	31,68%	8,21%	13,38%	3,25%	13,28%	40,17%

Fonte: Resultado da pesquisa.

A variável Estudo varia de 0 a 15 anos e indica a quantidade de anos estudada em educação formal. Cada unidade de Estudo formal, faz cair os indicadores com exceção do indicador de Seguridade Social (SS). Os coeficientes de Renda/n foram multiplicados por 100 para torna-los visíveis na tabela, sendo assim nota-se também que o aumento da renda faz os indicadores caírem, com exceção da Seguridade Social. Comparando Renda com Estudo, nota-se que uma unidade de 100 reais pesa mais nos indicadores NA, SS, QV e AB que uma unidade no Estudo.

Com relação as variáveis dicotômicas em Necessidades de Auxílio Alimentar (NA), nota-se que as variáveis de maior chance são: Localização Rural e trabalha para o Próprio Consumo com maiores valores positivos o que indica que são aquelas de maior impacto para favorecer essa privação e as de maior impacto para desfavorecer essa privação são: Viver em Região Metropolitana e Atividade de Alojamento e alimentação.

Com relação as variáveis dicotômicas de Seguridade Social (SS), nota-se que as variáveis de maior peso são: ser Empregador e Empregado com carteira mais tem chance de reduzir essa privação e ter Saúde Ruim ou Muito Ruim e nascer em um País Estrangeiro mais tem chance de aumentar essa privação.

Com relação a essas variáveis em Atraso Educativo (AE), nota-se que ser Empregador ou viver numa região Metropolitana tem maiores chances de reduzir essa privação e ter atividade Agrícola e Saúde Ruim ou Muito Ruim tem maiores chances.

Com relação ao Acesso a Saúde (AS), nota-se que ser Empregador ou trabalhar com Alojamento e Alimentação tem maiores chances de reduzir essa privação e trabalhar para o próprio consumo e ter a Saúde Regular tem maiores chances de aumentar essa privação.

Com relação ao Qualidade no espaço em que vive (QV), nota-se que morar no Sul ou no Centro-Oeste tem maiores chances de reduzir essa privação e ter Morar em localização Rural ou Metropolitana tem maiores chances de aumentar essa privação.

Com relação ao Acessos básicos (AB), nota-se que morar no Sul ou no Centro-Oeste tem maiores chances de reduzir essa privação e ter atividade Agrícola ou morar em localização Rural tem maiores chances de aumentar essa privação.

Tabela 13 - Coeficientes com relação a Pobreza (Índices e Privações)

	Min 1 priv.	Min 3 priv.	ln(Renda/n)*	IPM	IPM extremo	TV
const	1,09	-1,49	5,13	-0,06	-2,54	-5,30
Renda/n*100	-0,02	-0,06	x	-0,47	-0,47	-3,06
Homem	-0,02	0,06		0,07	0,12	
Nordeste		0,15	-0,17	0,25	0,31	
Sudeste	-0,09	-0,14	0,23	-0,43	-0,53	
Sul	-0,30	-0,28	0,31	-0,46	-0,59	
Centro Oeste	-0,46	-0,39	0,27	-0,45	-0,66	
Branca	-0,22	-0,16	0,30	-0,22	-0,14	
Amarela			0,38	-0,20		
Nasceu no Sudeste	0,07	0,10	0,10			
Nasceu no Sul	-0,09		0,11			
Nasceu no CO	0,14		0,09	-0,14		
NasceuEstrangeiro	0,61	0,29	0,15			
Emp com carteira	-0,53	-0,61	0,12	-0,68	-0,56	
FuncPúblico	-0,58	-0,52	0,26	-0,24		
Empregador	-0,86	-0,64	0,70			
Próprio consumo	0,38	0,90	-0,12	0,34	0,94	2,50
Estudo	-0,06	-0,08	0,05	-0,04	-0,06	-0,11
Agrícola	1,24	0,53	0,02	-0,16	-0,29	
Outras Ativ Indus	-0,14		0,22		-0,95	
Indust de transf	0,09	-0,23	0,02	-0,40	-0,56	
Construção	0,39	-0,12	-0,04	-0,42	-1,05	
Comerc/Repara	0,03	-0,32	0,02	-0,49	-0,77	
Alojam e aliment	0,10	-0,55	-0,03	-0,56	-0,83	
TranspArmazCom		-0,36	0,11	-0,38	-0,63	
AdmPública	-0,09		0,24	-0,47	-0,61	
Ed.Saúd.SevSoc	-0,06		0,21	-0,46	-0,44	
Serv domésticos	0,19	-0,29	-0,20	-0,36	-0,62	
Região metropoli	-0,06	-0,26	0,07	-0,11	-0,38	
Rural	1,43	1,36	-0,34	0,71	1,13	
SaúdeRegular	0,71	0,61	0,03	-0,08		
SaúdRuim/MuitoR	x	2,32	0,08		0,66	2,59
Faz exercício	0,06	0,04	0,14	-0,07		0,89
R ² de McFadden	14,09%	24,38%	27,08%*	39,90%	35,64%	32,15%
R ² ajustado	14,07%	24,36%	27,08%*	39,88%	35,56%	27,76%

Fonte: Resultado da pesquisa.

Sobre aqueles com pelo menos uma privação, as variáveis dicotômicas com maior chance de reduzirem foram os Funcionários Públicos e os Empregadores e aquelas com maior chance de aumentar foram aqueles com serviço Agrícola e localização Rural.

Aqueles com pelo menos três privações, as variáveis dicotômicas com maior chance de reduzirem foram os Empregados com carteira assinada e os Empregadores e aquelas com maior chance de aumentar foram aqueles com Saúde Ruim ou Muito Ruim e localização Rural.

A respeito da regressão por mínimos quadrados ponderados, as variáveis dicotômicas com maiores pesos (aumentam a renda) foram: ser Empregador e raça Amarela. Aquelas com menores pesos (diminuem a renda) foram: localização Rural e trabalhar com Serviços domésticos.

Com relação a pobreza multidimensional (IPM), as variáveis dicotômicas com maior chance de reduzirem foram os Empregados com carteira e trabalhar com Alojamento e Alimentação e aquelas com maior chance de aumentar a pobreza foram aqueles com trabalho de próprio consumo e localização Rural.

Sobre aqueles com pobreza multidimensional extrema (IPM extremo), as variáveis dicotômicas com maior chance de reduzirem foram aqueles que trabalham com Construção e aqueles em Outras Atividades industriais e aquelas com maior chance de aumentar a pobreza foram aqueles com trabalho de próprio consumo e localização Rural.

Sobre os Totalmente Vulneráveis (TV), como houve pouca significância em razão da baixa quantidade de pessoas nessas condições as variáveis com chance de reduzir foram: aumentar a Renda e o Estudo. As variáveis influentes no aumento da chance de serem Totalmente Vulneráveis foram: Próprios consumo, Saúde Ruim ou Muito Ruim e Fazer exercícios.

As regressões apresentam baixo coeficiente de determinação (R^2) em razão da quantidade de variáveis dicotômicas explicativas o que o poder de determinação dessa estatística.

5. ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DA POBREZA

O diagnóstico apresentado pela pesquisa, foi realizado para destacar os grupos e locais onde há maiores níveis de pobreza, sendo que a seguir apresenta-se estratégias de curto e longo prazo para a minimização da pobreza, destacando-se nos próximos subitens aquelas variáveis mais influentes em cada Região.

Apesar desse tópico buscar estratégias de desenvolvimento específicas, há de se considerar o fato que o Indicador com respeito ao Atraso Educativo, foi o pior Indicador em todas as Regiões, chegando a ter mais famílias vulneráveis ao Atraso Educativo do que sem na região Nordeste.

Há o consenso da importância da educação formal no mundo todo e da sua falta na maioria das famílias pobres conforme o demonstrado por Delors (1998), em que se caracteriza os indivíduos sem um nível adequado de educação formal como sendo pessoas sem a capacidade de usufruir de uma coesão social e participação a democracia. Conforme o visualizado pela pesquisa, há de se caracterizar o Brasil como tendo uma falha com respeito ao Indicador de Atraso Educativo.

Dessa forma a pesquisa confirma o consenso de que a educação formal é uma das principais falhas dentre os pobres, sendo que para minimiza-la é necessário políticas de longo prazo para promoverem uma melhor equiparação das famílias, pois ela não pode ser melhorada no curto prazo através de transferências de recursos.

Para minimizar o problema da falta de educação formal, é preciso aplicar estratégias de curto e de longo prazo, pois de nada adiantaria ter um sistema de ensino perfeito e disponível a todos, se a família não tem renda suficiente para sua subsistência. Sendo assim é necessário prover meios para que as famílias alcancem primeiro a subsistência no curto prazo para que uma melhora no sistema educacional possa promover um desenvolvimento social que rompa com a perpetuação da pobreza, formada pelo seguinte círculo da pobreza descrito por Sen: a família é pobre e não consegue renda, sem renda não consegue um avanço educacional, nem um desenvolvimento familiar, em que seus descendentes formarão novamente outra família pobre.

Apesar de haver pessoas que romperam com esse círculo, mesmo não tendo uma educação formal adequada, há de se considerar que a pesquisa busque as estratégias de minimização da pobreza mais significativas na média, dessa forma na média a melhora na educação formal é fundamental para minimizar a pobreza em todo o Brasil.

Com respeito a renda e a pobreza, como o índice de pobreza utilizado considera uma faixa de renda familiar mínima por pessoa juntamente com uma linha de privações de Direitos Sociais, aqueles que forem considerados pobres, serão automaticamente considerados sem uma renda mínima pela pesquisa. Isso significa que aqueles considerados com Índice de Pobreza Multidimensional Extrema e os Totalmente Vulneráveis não possuem o mínimo de renda para sobreviver e por estarem em condições de extrema pobreza não conseguirão um desenvolvimento familiar necessitando assim de

estratégias de curto prazo para minimizarem necessidades fundamentais, que em geral estão ligadas diretamente a nutrição, para que posteriormente seja possível haver algum desenvolvimento familiar.

Sendo assim, a primeira estratégia de minimização de pobreza tem como foco, a transferência de renda para aqueles que estão abaixo da linha de bem-estar mínimo. Tal transferência de renda já tem respaldo em programas do governo como o Programa Bolsa Família, Programa de Proteção Social Básica e outros programas. Porém, conforme o demonstrado pela pesquisa, muitas famílias ainda não possuem acesso ao programa ou a transferência não é suficiente para retirá-la dessa privação extrema.

Essa transferência de renda, visaria inicialmente o combate a insegurança alimentar no curto prazo, permitindo que as famílias não necessitem mais da utilização do trabalho infantil para sua subsistência, pois é parte fundamental da quebra do círculo da pobreza que haja possibilidade de acesso à educação e a presença de trabalho infantil é um dos fatores que dificultam esse acesso.

Sendo uma importante estratégia para a minimização da pobreza, o combate ao trabalho infantil não será resolvido apenas com a transferência de uma renda mínima, pois conforme o apresentado por Campos e Alverga (2001), há aqueles que trabalham precocemente, não para compensar alguma insegurança alimentar ou falta de acesso a renda, mas por serem motivados numa crença indiscriminada na dignidade do trabalho precoce.

Dessa forma, além da transferência de renda, é necessário elaborar estratégias para o combate a essa crença, necessitando de ações diferenciadas para cada cultura, pois conforme o apresentado, Regiões como Nordeste, Norte e a localização rural possuem uma maior proporção de presença de trabalho infantil e também daqueles que trabalham exclusivamente para o próprio consumo.

Outro importante fator para o rompimento da perpetuação da pobreza, se dá e pelas relações de trabalho e a presença de discriminação gera disparidades com respeito

a renda e a pobreza. Havendo grupos com os mesmos atributos, capacidades e conhecimentos e apresentando remunerações e posteriormente diferenças na pobreza em média, comprova a influência da discriminação na pobreza. Sendo assim políticas que visem a correção do peso dessa discriminação, tenderia a minimizar a pobreza dos grupos menos favorecidos.

Ainda com relação a esses grupos e a discriminação, há de se considerar o fator histórico, em que historicamente os negros, pardos e indígenas possuem um pior acesso à educação que a média nacional. Dessa forma, mesmo que supostamente toda a discriminação seja corrida, é de se esperar que esses grupos continuem com disparidades de remunerações e pobreza, por possuírem piores

acesso à educação. Dessa forma, necessário não apenas o combate à discriminação, mas também uma melhora no acesso à educação de base.

Como concluir que é necessário uma melhora na educação pública de base do Brasil é consensual, a pesquisa sugere que haja políticas de correção naqueles que obtiveram uma educação de base defasada, por exemplo, segundo Akkari (2001), Soares e Alves (2003) e Borges e Carnielli (2005) há um melhor aproveitamento e maiores chances de passar em universidades concorridas aqueles que tiveram o ensino fundamental e médio em escolas particulares.

Dessa forma, não havendo a possibilidade de uma equiparação entre esse ensino público e privado no curto prazo, é justificável aplicar políticas que minimizem essa diferença, uma sugestão possível é a aplicação de cursinhos pré-vestibulares a nível nacional e gratuito. Outra possibilidade é promover incentivos fiscais e tributários para que determinados grupos tenham acesso ao ensino privado, como por exemplo, a isenção de uma parcela de impostos para as escolas que aceitarem gratuitamente o ingresso de alunos de baixa renda.

Há de se considerar que tanto a aplicação de cursinhos gratuitamente e incentivos fiscais não resolvem o principal problema que é a diferença no ensino público de base, porem minimizam parte das diferenças educacionais entre alguns grupos.

Todas as estratégias discutidas até aqui, visam o rompimento da extrema pobreza no curto prazo, para que os filhos possam estudar e terem posteriormente níveis de pobreza melhores que seus pais. Agora, partindo da ótica da relação entre pobreza e saúde, há de se considerar dois pontos: a saúde pelo acesso a recursos médicos e pelo acesso a informação.

A análise pelo acesso esses recursos, está diretamente ligada a renda ou a saúde disponibilizada gratuitamente, em que havendo defasagem na oferta de produtos médicos pelo sistema público, aqueles que tiverem possibilidade de adquirir esses produtos no mercado tenderão a ter melhores níveis de saúde e conseqüentemente menores privações. A minimização dessa disparidade entre o ofertado publicamente e o disponível a mercado é amplamente desejável e consensual. (Rocha, 2006; Buss, 2007)

Com relação ao acesso a informação, apesar de ser influenciado pela renda, há uma falta de acesso proposital a informação com relação aos produtos alimentícios, remédios e muitos outros que obtêm influência direta na saúde. Seria desejável uma divulgação de todos os ingredientes presentes em cada produto em que se é consumido, apresentando as conseqüências e malefícios.

Tal divulgação, poderia ser feita nos sites de cada empresa e ser obrigatória por lei, ou obter incentivos aquelas que o fizerem. É natural que a divulgação de todos os ingredientes de um produto alimentício possa violar alguns direitos, como é o caso de patentes, porém para reduzir a seleção adversa e aumentar a informação dos riscos e problemas no consumo de cada bem, poderia ser feito algo semelhante ao realizado em cigarros, em que há a obrigatoriedade de apresentar seus malefícios. Como seria custoso de se apresentar seus malefícios no rotulo de alguns produtos (como é feito nos cigarros atualmente), a sugestão de apresentar suas informações em um site seria mais indicada.

Dessa forma, políticas que visem a redução da assimetria de informação tenderiam a reduzir a pobreza, apesar da pesquisa ter sugerido políticas específicas apenas a produtos alimentícios, é possível extrapolar essa análise para todos os outros. Como é natural que as empresas não publiquem os malefícios de seus produtos, faz-se necessário intervenção para obrigar ou incentivar tais divulgações.

Outra questão a ser considerada, é o fato daqueles que têm uma pior saúde por desejo próprios, como por exemplo, aqueles que optam por ser sedentários ou por fumar. Podendo haver casos de indivíduos que possuem acesso a informação dos malefícios de fumar ou de não praticar exercícios físicos. Nesses casos o ideal é disponibilizar o acesso a informação, porem aquele que tem acesso e a rejeitam não há o que se possa fazer.

A seguir demonstra-se aquelas variáveis que foram de maior peso, para que seja destacado aqueles grupos de maiores níveis de pobreza em cada Região.

5.1 CENTRO-OESTE

O Centro-Oeste possui o Distrito Federal com a melhor remuneração e menores índices de pobreza e o Estado de Mato Grosso como sendo aquele com os piores índices de pobreza, mas com relação a renda por pessoa e a remuneração, Mato Grosso é o segundo melhor Estado dessa Região, o que contradiz o consenso de que onde há maior riqueza há menores índices de pobreza, essa é uma das vantagens de se utilizar um indicador de pobreza multidimensional, pois locais como Mato Grosso onde há maiores renda por pessoa, porém piores indicadores de pobreza, indicam que há piores distribuições de recursos e falta de oportunidades que outros locais em que há maior renda porém menores indicadores de pobreza.

Com relação ao Indicador de Necessidades de Auxilio Alimentar (NA), esse grupo indica famílias onde há necessidade de subsistência, indicando assim falta ou impossibilidade de acesso ao mercado de

forma compensatória, com relação ao Centro-Oeste, as variáveis com maior proporção de vulnerabilidade nesse indicador foram: os de raça indígena, com educação igual ou inferior ao elementar (primário), aqueles que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, aqueles que começaram a trabalhar antes dos 9 anos de idade, que trabalham com a agricultura ou vivem no meio rural.

Pode-se traçar um perfil para os mais vulneráveis em NA, como sendo indivíduos de baixo acesso a educação formal, que começam a trabalhar antes dos 9 anos, que estão geralmente ligados a agricultura ou a área rural e são em sua maioria da raça indígena.

Com relação ao Indicador de Seguridade Social (SS), que avalia quesitos com respeito ao risco familiar e acesso ao trabalho, as variáveis com maiores taxas com respeito a esse indicador foram: pessoas com nível educacional inferior ou ensino médio completo, que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, que considera sua saúde como ruim ou muito ruim e que possui algum problema de saúde atestado por profissional da saúde.

Analisando as variáveis as variáveis, nota-se a recorrente presença da educação formal como sendo uma das variáveis de maior influência nos determinantes da pobreza, é de se esperar que a educação esteja presente na maioria desses determinantes em todas as Regiões e com relação a esse indicador, apesar dos quesitos que compõem a SS não apresentar nenhum que mensure a saúde diretamente, nota-se uma presença de problemas ligados a saúde entre aqueles que possuem vulnerabilidade nesse indicador.

Sobre o Indicador de Atraso Educativo, as variáveis que foram mais influentes foram: trabalham com agricultura ou moram na região rural, consideram seu estado de saúde como ruim ou muito ruim e possuem problema diagnosticado por médico, além daquelas variáveis com respeito a educação formal que já são esperadas. O que demonstra que a maioria daqueles com Atraso Educativo estão ligados a agricultura ou moram em local rural, possuindo também baixas taxas de saúde.

No Indicador de Acesso a Saúde, as variáveis que mais foram influentes foram: com educação abaixo do primário ou alfabetização de jovens e adultos, mulheres que demoram mais de 4 anos para fazerem exame das mamas, além daquelas variáveis relacionadas aos problemas de saúde. O que indica uma relação entre saúde e educação o que já esperado, porém cabe destacar que dessa vez o fato de estar numa região rural ou trabalhar com agricultura não influenciou numa piora desse indicador.

Com relação ao Indicador de Qualidade do Espaço em que Vive, as variáveis que mais tiveram influência foram: ter raça indígena, não possuir registro de nascimento e ter educação igual ou inferior ao elementar (primário). O que indica novamente o peso da educação nesses indicadores e da vulnerabilidade da raça indígena.

Sobre Indicador de Acessos Básicos, as variáveis de maior influência foram: raça indígena, que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo e moram em localidade rural ou possuem atividade agrícola.

Com relação a renda e a remuneração, as variáveis com piores médias foram: aqueles de raça indígena, inscrito ou cursou alfabetização de jovens e adultos, trabalha com serviços domésticos, localizam-se numa área rural e as mulheres nunca fizeram exames das mamas.

Em relação aos índices de pobreza, as variáveis com maiores proporções foram: possuir raça indígena, que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, localizam-se numa área rural, consideram sua saúde como ruim ou muito ruim.

Concluindo com respeito ao Centro-Oeste, nota-se que não há proporção de Totalmente Vulneráveis acima ou igual a 0,01% e há uma maior proporção de pobres e extremamente pobres entre aqueles de raça indígena, localizados em área rural, detentores de uma baixa educação formal, utilizam sua mão-de-obra na agricultura e consideram sua saúde como ruim ou muito ruim. Com relação ao rural já era de se esperar que houvesse maiores proporções de pobreza, conforme o constatado por Mocelin (2010), em que classificou a pobreza como uma desfiliação do indivíduo da sociedade, indicando falta de acesso ao mercado, pelo fato de haver necessidade de auxílio para subsistência e baixa saúde.

5.2 NORDESTE

Constatou-se que os Estados onde há maior pobreza são Alagoas, Maranhão e Pernambuco, sendo constatado presença de famílias consideradas como Totalmente Vulneráveis (TV) como aquelas que possuem renda familiar por pessoa abaixo do necessário para se nutrir juntamente com privação em todos os indicadores. Maranhão recebe destaque pela alta taxa de Totalmente Vulneráveis, que se encontra em 0,22% da população, sendo assim o segundo Estado com maior proporção de Totalmente Vulneráveis em todo o Brasil, perdendo apenas para Roraima.

Com relação ao Indicador de Necessidades de Auxílio Alimentar, as variáveis de maiores proporções foram: que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, famílias

ligadas a área rural ou atividade agrícola, alfabetização de jovens e adultos e que começaram a trabalhar com 9 anos ou menos. Em comparação com o Centro-Oeste não apresenta muita diferença com relação as variáveis e esse indicador.

Sobre o Indicador de Seguridade Social, as variáveis de maior proporção foram: possuir educação formal igual ou inferior ao médio, ter feito exame das mamas a mais de 4 anos ou nunca ter feito, considerar seu estado de saúde como ruim ou muito ruim e ter problema físico constatado por profissional da saúde. Saúde e educação foram as variáveis de maior percepção nesses casos, indicando que para essa região a Seguridade afeta ou é afetada por problemas de saúde e com respeito a educação formal já é esperado essa relação por se tratar de mercado de trabalho.

O Indicador de Atraso Educativo, as variáveis com maiores proporções foram: trabalhadores em ocupação agrícola ou em atividades mal definidas, possuem problema de saúde diagnosticado por profissional, além daquelas relativas a educação formal.

No Indicador de Acesso a Saúde, as maiores proporções foram com as variáveis: cursar ou ter cursado o elementar (primário) ou inferior e aquelas relativas a saúde, indicando novamente a relação entre baixo acesso a educação formal e falta de acesso a saúde adequada.

O Indicador de Qualidade do Espaço em que Vive, as maiores proporções foram com as variáveis: ter raça indígena e estar localizado em área rural. O que confirma um consenso nacional e deve ser repetido nas outras Regiões.

Com relação ao Indicador de Acessos Básicos as variáveis de maior influência foram: estar cursando ou curso mais alto que realizou foi o de alfabetização de jovens e adultos, que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, moram em localidade rural ou possuem atividade agrícola e que começaram a trabalhar antes dos 9 anos de idade.

Sobre a renda e a remuneração as variáveis com maiores proporções foram aquelas com respeito a localização rural, atividade agrícola e baixa educação. Tais considerações já são esperadas.

Os índices de pobreza, as maiores proporções são encontradas com aqueles que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, moram em localidade rural ou possuem atividade agrícola. Apesar das variáveis com respeito a falta de acesso a saúde não se destacar na pobreza, como acontece com outras Regiões, há de se considerar que mesmo não havendo destaque, há maiores taxas de pobreza entre aqueles que consideram sua saúde boa ou

muito boa no Nordeste do que aqueles que consideram sua saúde como ruim ou muito ruim nas outras Regiões, o que caracteriza o Nordeste como a Região mais fragilizada.

5.3 NORTE

Apesar do Nordeste possuir os piores índices de pobreza do Brasil, é em Roraima que se encontra a maior proporção dos Totalmente Vulneráveis, indicando a necessidade de estudos mais aprofundados nessas localidades onde há Totalmente Vulneráveis.

Com relação ao Indicador de Necessidades de Auxílio Alimentar (NA), as variáveis com maiores proporções foram as que trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, familiar ligadas a área rural ou atividade agrícola, alfabetização de jovens e adultos e que começaram a trabalhar com 9 anos ou menos. Pode-se notar a persistência dessas variáveis nesse indicador, que refletem essa tendência nacional.

O Indicador de Seguridade Social, as variáveis de maior influência foram: nasceram num país estrangeiro, possuem educação formal igual ou inferior ao ensino médio e tem problema de saúde identificado por profissional. Para essa Região, as variáveis com relação a educação formal já eram esperadas, porém a variável com respeito a onde nasceu não era, indicando a vinda de pessoas de outros países, provavelmente a trabalho, que são residentes no Brasil com defasagem de Seguridade Social, o que indica que ou não estão trabalhando no setor formal ou não possuem emprego.

Sobre o Indicador de Atraso Educativo, o Indicador de Acesso a Saúde, Indicador de Qualidade do Espaço em que Vive e o Indicador de Acessos Básicos seguem o consenso de variáveis com relação a educação formal, saúde e a localização rural, com a adição da variável relativa a não possuir registro de nascimento em QV e AB. O que representa uma falta de acesso a cidadania no Norte superior as outras Regiões.

Com relação a renda e a remuneração, as variáveis que obtiveram maiores proporções foram: aqueles que não possuem registro de nascimento, alfabetização de jovens e adultos, trabalham com cultivo para próprio uso ou produzem para o próprio consumo, serviços domésticos, localizados em área rural e trabalham com atividade agrícola.

Comparando a pobreza e os extremamente pobres as variáveis foram as mesmas dessas com relação a renda, indicando o percentual relevantes daqueles sem registro de nascimento, sendo que essa variável com respeito ao registro tem influência em todas as Regiões, porém só no Norte que ficou entre as mais influentes. A falta de registro acarreta já no nascimento, a falta de amparo e vacinação

até na vida adulta para conseguir trabalho, sendo um documento fundamental para a pessoa se desenvolver e participar na sociedade.

5.4 SUL

Essa Região é a com menos taxa de pobreza, sendo que Paraná é o Estado com maiores proporções de pobreza, porém apesar desse Estado ser o pior na Região Sul ele ainda está melhor que qualquer Estado da região Norte ou Nordeste.

Com relação aos indicadores e ao índice de pobreza as proporções continuam demonstrando piores proporções para aqueles em área rural, com baixo nível de ensino formal, raça indígena, que trabalhar para o próprio uso ou próprio consumo, que possuem problema físico atestado por algum profissional e consideram sua saúde ruim ou muito ruim. Todas essas variáveis são esperadas, menos as relativas a problemas de saúde.

Apesar das variáveis relativas a problemas de saúde terem influência na maioria das Regiões, apenas nessa Região essa variável ficou em destaque por ser uma das com maiores proporções se comparadas com as outras da mesma Região, fazendo uma comparação nota-se há mais pobres nessas variáveis do que entre aqueles que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade ou aqueles que trabalham com serviço doméstico, mesmo a renda dessas últimas duas variáveis serem inferiores.

Isso demonstra que a saúde, pelo menos na Região Sul, não está ligada ao mercado de trabalho e a renda, provando assim que há níveis de pobreza que não podem ser alcançados apenas com a renda, alguns problemas de saúde podem ser necessários informação e prevenção, sendo assim há de se buscar não apenas em equiparação no acesso a renda, mas também a difusão das informações. Há de se considerar que ao auferir melhores remunerações o indivíduo possa ter melhor acesso a saúde, porém ações como hábitos alimentares mais saudáveis e o combate ao sedentarismo nem sempre são alterados com uma melhora na renda e surtem efeito na pobreza de uma família, necessitando de políticas de longo prazo para amenizar e prevenir esses problemas.

5.5 SUDESTE

O Sudeste é a segunda Região com melhor índice de pobreza, sendo que Espírito Santo é o Estado com o pior índice de pobreza, porém ainda sim é melhor que qualquer outro Estado do Norte ou Nordeste.

Com relação aos indicadores e ao índice de pobreza, as proporções continuam piores para as variáveis: para aqueles em área rural, que trabalham com a agricultura, que trabalham para o próprio uso ou próprio consumo, que começaram a trabalhar com 9 anos ou menos.

Diferentemente das outras Regiões, no Sudeste a educação formal não teve tanta relevância se comparado com condições de trabalho e localidade, mas há de se considerar que um aumento na educação formal gera melhores índices de pobreza, porém outras variáveis obtiveram indicadores de maior proporção.

5.6 AS PERCEPÇÕES E AS IMPOSSIBILIDADES DA PESQUISA

Comparando todas as Regiões, confirmou-se muitas das expectativas com relação as variáveis, como é o caso do Norte e Nordeste, serem mais fragilizados e o mesmo acontece para aqueles localizados em área Rural e aqueles que trabalham com agricultura ou para próprio consumo, sobre o papel da educação já foi discutido anteriormente e já era de se esperar que houvesse também tanto influência com base no acesso a informação quanto a renda.

Como os esforços de redução da pobreza tem que ser concentrados onde há maiores quantidade de famílias em pobreza, para que seja possível gerar um maior desenvolvimento familiar de longo prazo e com isso os piores remunerados deveriam possuir melhores acesso ao mercado de trabalho, sendo que segundo Vieira e Grasel (2011), é fundamental que esses pior remunerados tenham um aumento em sua remuneração acima da média para que as disparidade se diminuam com o tempo, dessa forma um grupo em particular merece atenção especial e são aqueles identificados como Totalmente Vulneráveis. Esse grupo apresenta maior presença nas Regiões Norte e Nordeste, nos seguintes Estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Apesar daqueles de cor/raça indígena apresentar piores índices de pobreza no geral do que as outras raças, há de se considerar que a cor/raça branca e a amarela obtiveram melhores indicadores dentre todas as raças o que apresenta uma disparidade tanto com respeito a remuneração, como com respeito aos índices de pobreza.

A pesquisa procurou apresentar as variáveis com maior proporção de pobreza, apesar de comparações como o fato de haver mais pobres entre os de raça indígena no Nordeste do que no Centro-Oeste, a raça indígena ganhou destaque no Centro-Oeste e não no Nordeste, se dá ao fato que a pesquisa optou por dar prioridade Regional, em que ao analisar os mais pobres e vulneráveis no Centro-Oeste

nota-se que a proporção com relação aos indígenas se encontra entre os dez mais pobres e na Região Nordeste isso não ocorre, pois há variáveis com proporções piores.

Com relação a busca daquelas dez variáveis com maiores proporções em cada indicador e em cada índice de pobreza, não foram apresentadas aquelas variáveis em que não se é possível ter uma afirmativa, como é o caso daqueles descrito como Sem Declaração.

Com relação aos custos envolvidos no combate a pobreza, um estudo realizado por Barros, Henriques e Mendonça (2001) baseados em vinte anos de Pnads compreendidos entre 1977 e 1999, identificou que para erradicar os indigentes, apresentados por esse trabalho como Totalmente Vulneráveis, seria necessário transferir anualmente 2% da renda familiar nacional ou 7% para retirar toda população excluída. Apesar desse autor considerar que essa transferência teria que ser maior se considerar custos de administração, transação e problemas de focalização do programa, tal exercício hipotético permite visualizar que a renda brasileira é mais que suficiente para interromper com o ciclo de pobreza.

Há de se considerar que programas de redução a maternidade precoce e indesejada também possam ser relevantes para o combate a pobreza, pois apesar do trabalho não poder mensurar isso diretamente, pode-se considerar que famílias que não estejam preparadas para cuidar de um filho, não possam prover um desenvolvimento adequado a esse filho, aumentando a probabilidade de ele ser considerado pobre. (Carvalho, 2005; Bassi, 2008)

Há de se sugerir políticas de curto prazo para amenizar situações de pobreza e vulnerabilidade como é o caso daqueles sem acesso ao mercado que produzem apenas para o próprio uso e próprio consumo ou daqueles que sofrem de alguma impossibilidade de progresso familiar para amenizar suas condições de pobreza e garantir que os descendentes daquela família não precisem começar a trabalhar cedo como muito dos seus pais fizeram e com isso possam progredir, dessa forma as estratégias de longo prazo poderão ter efeito melhorando as proporções daqueles com baixa educação formal e assim reduzir as diferenças nas remunerações e na pobreza.

No Brasil há vários planos de combate a pobreza, sendo muitos deles coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tais como Segurança Alimentar, Combate ao Trabalho Infantil, Saúde da Família, Assistência Social e vários outros, considerando que há uma distribuição desigual da pobreza comprovada pelo trabalho e consequentemente menor presença de instituições fortes, faz-se necessário maior amparo governamental nos grupos e locais onde há maior

quantidade e profundidade da pobreza, sendo assim a pesquisa buscou apresentar esse grupos e locais que foram possíveis com base na base de dados utilizada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou avaliar as variáveis mais influentes na pobreza em cada Região, para destacar os grupos em que há maior proporção de vulneráveis e com isso sugerir estratégias de minimização da pobreza. Apesar de haver muitos estudos específicos com relação a pobreza, o trabalho vem contribuir pela amplitude de variáveis e análises e sua comparação dentre as Regiões, sugerindo estratégias específicas para cada local e comparando a magnitude desse fenômeno.

Para avaliar essa pobreza, utilizou-se da proposta metodológica elaborada pelo CONEVAL, para formar um índice que classifique aqueles que são pobres e com isso se possa comparar onde há maior proporção em cada dimensão da pobreza em cada Região.

Confirmou-se a consensual influência da educação e da renda em cada Região, porém há diferenças regionais sobre essa influência em que o Norte e o Nordeste se mostraram mais fragilizados que as outras regiões, demonstrando que esses locais necessitam de maior intervenção proporcional que as outras, sendo que em Roraima e Maranhão foram os Estados onde há maior proporção de Totalmente Vulneráveis.

A cor/raça obteve influência e conforme o esperado, aqueles considerados com cor/raça branca ou amarela obtiveram menores chances de serem classificados como pobres. Sendo que os indígenas obtiveram um dos piores índices de pobreza na Região Centro-Oeste.

O fato de quais condições de trabalho se encontra os indivíduos, foi uma das variáveis mais influentes, pois ter carteira assinada ou ser funcionário público diminuem as chances de uma pessoa ser considerada pobre, enquanto as pessoas que trabalham para o próprio consumo tem maiores chances de serem consideradas pobres, o que também é consensual, visto que aqueles com carteira assinada e funcionários públicos possuem maior amparo social, enquanto que aqueles que trabalham para o próprio consumo apresentam, no geral, falta de acesso ao mercado.

A família estar residindo em área rural ou do indivíduo ser um trabalhador agrícola, apresentou uma das piores proporções de pobreza em todas as Regiões e mesmo sendo um consenso, representa a vulnerabilidade desse grupo.

Em relação a pessoa fazer exercício físico, foi apresentada uma respostas duplas, em que a pessoa que faz exercicio tem chances reduzidas de serem consideradas com pobreza, porém aumentadas de serem Totalmente Vulneráveis, o que é justificado se considerado que essa pessoas que fazer exercício possuem maior probabilidade de ter uma qualidade de vida superior o que refletiria no Índice de Pobreza Multidimensional utilizado, porém com relação aos Totalmente Vulneráveis é de se esperar que por possuem baixo nível educacional, que a contratação dessas pessoas seja feita para a utilização em serviços que utilize a mão de obra intensiva em esforço físico, o que classificaria essa pessoas como não sendo sedentárias, mas pobres. O que se pode concluir disso é que o fato da pessoa escolher ser sedentária aumentaria a chance de ser classificada como pobre, dessa forma o combate ao sedentarismo combateria a pobreza para aqueles indivíduos que teriam acessos a recursos e condições que o retirariam da classificação como Totalmente Vulneráveis.

Sobre as estratégias de minimização da pobreza, notou-se que a formação educacional como sendo uma das etapas finais para o combate a pobreza, sendo possível sua melhora apenas no longo prazo, em que aquelas famílias integrantes do circulo da pobreza necessitam primeiro romper com a perpetuação da pobreza descrita por Sen, pois é necessário promover condições da família sobreviver, para que depois ela possa investir seus esforços para se desenvolver, como é o caso daqueles que possuem maiores taxas de pobreza por terem começado a trabalhar com menos de nove anos de idade.

O trabalho apesar de não distanciar a importância do mercado de trabalho e da renda da pobreza, ele adiciona a saúde como tendo também influência na pobreza, em que programas com relação a melhora na qualidade de vida terão influência na pobreza, mesmo sem ter nenhuma relação com a renda diretamente.

Dentre as estratégias sugeridas está o combate a insegurança alimentar e ao trabalho infantil pela transferência de renda para aquelas famílias abaixo da linha de bem-estar mínimo, juntamente com o combate a crença indiscriminada na dignidade do trabalho precoce, o combate as disparidades de acesso a educação e ao mercado de trabalho por determinados grupos históricos, o fator preconceito e sua influência na renda e consequentemente na pobreza e o combate a assimetria de informação, em especial ao problema de seleção adversa de protudos alimentícios.

Finalizando, o estudo procurou evidenciar os grupos de locais onde a pobreza é maior e quão pior é, sendo demonstrado as proporções daquelas com Pobreza Multidimensional, Pobreza Multidimensional Extrema e Totalmente Vulneráveis.

7. REFERÊNCIAS

7.1 PROGRAMAS

Excel: <http://office.microsoft.com/pt-br/excel/>

Gretl: <http://gretl.sourceforge.net/>

R: <http://www.r-project.org/>

SPSS: <http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/>

7.2 Endereços eletrônicos.

Base de dados PNAD: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 15/03/2014

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: www.mds.gov.br/. Acesso em 04/07/2014

World Bank GINI index. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/> acessado em 20/11/2014

7.3 BIBLIOGRAFIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antonio. Política social e combate à pobreza. Jorge Zahar, 1998.

ABRAMO, Laís. Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional, p. 91-120, 2005.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. Journal of public economics, v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries. 2011.

AKKARI, Abdeljalil J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. Educação e sociedade, v. 22, n. 74, p. 163-189, 2001.

AREND, Marcelo; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglas North. Ensaios FEE, v. 26, 2005.

AZEVEDO, Mario R. et al. Factors associated to leisure-time sedentary lifestyle in adults of 1982 birth cohort, Pelotas, Southern Brazil. Revista de saude publica, v. 42, p. 70-77, 2008.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 4, p. 31-52, 2005.

- BARR, Nicholas Adrian. Economics of the welfare state. Oxford, Oxford University Press, ed. 4, 2004.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza multidimensional no Brasil. 2006.
- BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Phillippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. IPEA, 2000. p. 177-229.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. 2001.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Pobreza, estrutura familiar e trabalho. 1995.
- BASSI, Camillo. Exposição à maternidade precoce e estratos sociais das adolescentes brasileiras: justificativas via determinantes próximos das taxas de fecundidade. IPEA, 2008.
- BORGES, José Leopoldino das Graças; CARNIELLI, Beatrice. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 113-139, 2005.
- BOURGUIGNON, Francois; CHAKRAVARTY, Satya R. The measurement of multidimensional poverty. The Journal of Economic Inequality, v. 1, n. 1, p. 25-49, 2003.
- BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.
- BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. Ciênc. saúde coletiva, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, 2007.
- BYERLEE, D.; Diao, X.; JACKSON, C. Agriculture, Rural development, and pro-poor growth: country experiences in the post-reform era. Agriculture and Rural Development Discussion Paper, 21. Washington, D.C.: World Bank. 72p. 2005.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda-uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.
- CARVALHO, José Alberto Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista brasileira de estudos de população, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTILLO, Carlos Onorio; COSTA, Maria Cristina Silva. Significados do consumo de álcool em famílias de uma comunidade pobre venezuelana. Revista Latino-americana de Enfermagem, v. 16, 2008.
- CODES, Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. 2008.
- CONEVAL, Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México, México DF. CONEVAL, 2009.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. Revista RAE-eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 2, p1-12, jul-dez/2002.

CUNHA, JMP da; JIMÉNEZ, Maren Andrea. Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, NEPO/Unicamp, 2006.

DASGUPTA, P. An inquiry into well-being and destitution. New York: Oxford University Press, 1993.

DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. Economia Aplicada, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009.

DUCLOS, Jean-Yves; SAHN, David E.; YOUNGER, Stephen D. Robust multidimensional poverty comparisons*. The economic journal, v. 116, n. 514, p. 943-968, 2006.

DUARTE, G.B., SAMPAIO, B., SAMPAIO, Y. Impactos do programa bolsa família sobre os gastos com Alimentos de famílias rurais. Universidade Federal de Pernambuco. V10, 2007.

FOSTER, James, GREER, Joel e THORBECKE, Erik. A class of decomposable poverty measures. Econometrica, Vol 52, n. 3, p761-765, maio/1984.

FURTADO, Celso. Um projeto para o Brasil. Ed. Saga, 1969.

GARDNER, B. Causes of rural economic development. University of Maryland, College Park, Working paper 03-09. mimeo. 2003

GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica. 3ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000. 846 p.

HAIR, Joseph F. et al. Análise multivariada de dados. Bookman, 2007.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. Henriques R, organizador. Desigualdade e pobreza no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1-18, 2000.

KAGEYAMA, Angela et al. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 26, 2006.

KAKWANI, Nanak; SILBER, Jacques (Ed.). Quantitative approaches to multidimensional poverty measurement. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. Análise de Dados Multivariados. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 455 p.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Maio de 2005.

LONDOÑO, F.; LUIS, Juan. Pobreza, desigualdad y formación del capital humano en América Latina, 1950-2025. Banco Mundial, 1996.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. Indicador de Pobreza: Aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 15p. (texto para discussão; 223).

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. In: A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Vozes, 2003.

MESTRUM, F. Mondialisation et Pauvreté: De l'Utilité de la Pauvreté Dans le Nouvel Ordre Mondial. Paris: L'Harmattan, 2002.

MOCELIN, Cassia Engres. O Programa Bolsa Família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual. Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, v. 15, 2010.

MOCELIN, Cassia Engres. DIFERENTES ABORDAGENS DE UM MESMO FENÔMENO: SUBSISTÊNCIA, NECESSIDADES BÁSICAS, PRIVAÇÃO RELATIVA, CAPACIDADES E MULTIDIMENSIONAL. Disponível em: http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/DIFERENTES%20ABORDAGENS%20DE%20UM%20MESMO%20FEN%3%94MENO%20SUBSIST%3%8ANCIA%20NECESSIDADES%20B%3%81SICAS%20PRIVA%3%87%3%83O%20RELATIVA%20CAPACIDADES%20E%20MULTIDIM.pdf. Acesso em: 20/06/2014

MOCELIN, Cassia Engres; FIALHO, Marco Antonio Verardi. POBREZA RURAL E BOLSA FAMÍLIA: análises a partir da comunidade São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS. VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT27-Cassia-Engres.pdf> acesso em: 20/06/2014

MOREIRA, Juliana Duffles Donato. Estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Agosto de 2011.

NARAYAN, D. Voices of the poor - Can anyone hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NERI, Marcelo. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. Desigualdade e pobreza no Brasil, p. 503-526, 2000.

NORTH, Douglass Cecil; HART, Elizabete. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p. 20-24, 2004.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lucia. Desigualdade de Renda/ns no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes. 2001.

RIBAS, José Roberto; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa. Análise Multivariada com o uso do SPSS. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011. 272 p.

ROCHA, Sonia. On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and measurement. 1998.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? FGV Editora, 2003.

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

Rodrigues, Cristina Tristão. Mudanças no perfil de pobreza no Brasil: uma análise multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. Tese (Doutorado em Economia) – Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014.

SACHSIDA, Adolfo. Qualidade das instituições e crescimento econômico regional, urbano e ambiental. Universidade Federal do Paraná, p. 11, 2011.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza. Editora Garamond, 1999.

SALAMA, Bruno Meyerhof. Sete enigmas do desenvolvimento em Douglass North. Economic Analysis of Law Review, v. 2, n. 2, p. 404-428, 2011.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. In: Milton Santos. Editora Universidade de São Paulo, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, versão, v. 3, p. 13, 2006.

SEN, Amartya. Developmentas Freedom: Winner of the nobel prize for economics. First published. New York: Oxford University Press, 1999.

SEN, Amartya Kumar; MENDES, Ricardo Doninelli. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. El desarrollo como libertad. Gaceta Ecológica, n. 55, p. 14-20, 2000.

SILVA, MCP da; BARROS, R. Paes. Pobreza multidimensional no Brasil. Anais do XXXIV Encontro Nacional da Anpec, 2006.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACERDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacidades. In: Bahia Análise & Dados. Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos. Salvador: SEI, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul-set/2011. SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil. 2007.

SILVESTRE, António. Análise de dados e estatística descritiva. Escolar editora, 2007.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003.

TEIXEIRA, Aloisio. Mercado e imperfeições de mercado: o caso da assistência suplementar. Cadernos Saúde Suplementar: 2o Ciclo de Oficinas RK ANS Suplementar, p. 4-22, 2001.

- TOWNSEND, Peter. The international analysis of poverty. Harvester Wheatsheaf. 1993.
- TSUI, Kai-yuen. Multidimensional poverty indices. *Social Choice and Welfare*, v. 19, n. 1, p. 69-93, 2002.
- VARIAN, Hal R. Microeconomia-princípios básicos. Elsevier Brasil, 2006.
- VIEIRA, Edmar Augusto; GRASEL, Dirceu. Desigualdade e pobreza em perspectiva: o caso de Mato Grosso. Mato Grosso, 2011.
- VIEIRA, P. R. C.; RIBAS, J. R. Análise Multivariada com uso do SPSS. Rio de Janeiro, 2011.
- WANDERLEY, Nazareth. A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O ‘Rural’ como Espaço Singular e Ator Coletivo. *Estudos Sociedade Agricultura*, n.15:87-145. 2000.